



## MUNICÍPIO DE MOURÃO

---

### RELATÓRIO DE GESTÃO/SANEAMENTO FINANCEIRO/PAEL

*Tribunal de Contas: 28*  
*Ponto do POAL: 13*

A handwritten signature in blue ink, consisting of several horizontal strokes.

A handwritten signature in blue ink, followed by a circular stamp containing a stylized symbol.



## MUNICÍPIO DE MOURÃO

---

## RELATÓRIO DE GESTÃO



*Tribunal de Contas: 28*  
*Ponto do POCAL:*

## RELATÓRIO DE GESTÃO - 2015

	Pag.
<b>ÍNDICE</b>	
<b>I - INTRODUÇÃO.....</b>	4
<b>II - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....</b>	5
II-1 - RECEITA.....	5
II-1-1 - Receita Corrente.....	6
II-1-2 - Receita de Capital.....	10
II-1-3 - Outras Receitas.....	11
II-1-4 - Resumo das Receitas.....	12
II-1-5 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento.....	13
II-1-6 - Receita - Desvios.....	14
II-1-7 - Receita - Evolução.....	16
II-2 - DESPESA.....	17
II-2-1 - Despesa Corrente.....	18
II-2-2 - Despesa de Capital.....	22
II-2-3 - Despesa - Evolução.....	24
II-2-4 - Despesa - Desvios.....	25
II-2-5 - Equilíbrio Orçamental.....	26
II-3 - RESUMO.....	27
II-4 - ENDIVIDAMENTO.....	27
II-4-1 - Dívida a Terceiros.....	27
II-4-2 - Dívida de Terceiros.....	29
II-4-3 - Dívida de Médio e Longo Prazo.....	29
II-4-4 - Limite de Dívida Total.....	30
II-4-5 - Verificação dos Limites de Encargos com o Pessoal 2015.....	34
II-5 - COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS.....	35
II-6 - INDICADORES DE GESTÃO.....	36
II-6-1 - Rácios.....	36
<b>III - EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....</b>	41
<b>IV - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	50
IV-1 - ACTIVO.....	51
IV-1-1 - Ativo Fixo.....	51

IV-1-2 - Ativo Circulante.....	52
IV-2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO.....	53
IV-2-1 - Fundos Próprios.....	53
IV-2-2 - Passivo.....	54
IV-3 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	56
IV-3-1 - Custos.....	57
IV-3-2 - Proveitos.....	58
<b>V - INDICADORES DE GESTÃO.....</b>	<b>60</b>



## I – INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão e os Documentos de Prestação de Prestação de Contas relativos ao ano financeiro de 2015, refletem a atividade municipal desenvolvida e a situação económica e financeira do Município de Mourão, constituindo estes documentos, um importante instrumento de apoio à gestão municipal, pretende-se que os mesmos, de uma forma rápida e simples, possam traduzir e visualizar as informações, através de mapas, gráficos e demais indicadores de análise apresentados, aquela que foi a atividade desenvolvida pelo Executivo, no quadro das suas atribuições e competências.

Encontram-se elaborados de acordo com as normas estabelecidas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54.º A/99 de 22 de fevereiro e apresentados conforme estabelece a Resolução do Tribunal de Contas n.º 4/2001-2.ª Secção, que aprovou as Instruções para a Organização e Documentação das Contas das Autarquias Locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo POCAL, publicada no Diário da República n.º 191 – II Série, de 18 de agosto de 2001.

Os documentos de prestação de Contas sendo fundamentais para o controlo e gestão das Autarquias Locais, devem traduzir fielmente a execução orçamental, patrimonial e económica dos documentos inicialmente aprovados, designadamente os Previsionais, que consubstanciam os fundamentos para o desenvolvimento da atividade municipal.

Deste modo, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submete-se à aprovação do Executivo os Documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão, relativos ao ano de 2015, de acordo com o estipulado na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º, do mesmo Anexo.

Nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo da referida Lei, os Documentos de Prestação de Contas, são apreciados e votados pela Assembleia Municipal, devendo ser enviados ao Tribunal de Contas até 30 de abril, de acordo com o determinado no n.º 4 do artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na redação introduzida pela Lei n.º 48/2006, de 29 de agosto.

## II - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar, quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas, quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos três anos.

### II – 1 RECEITA

No ano financeiro de 2015, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 5.329.835,13 nota-se um aumento de 2,18% +€ 113.503,67, relativamente ao ano de 2013.

À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado são as que constam do quadro seguinte, por ordem decrescente:

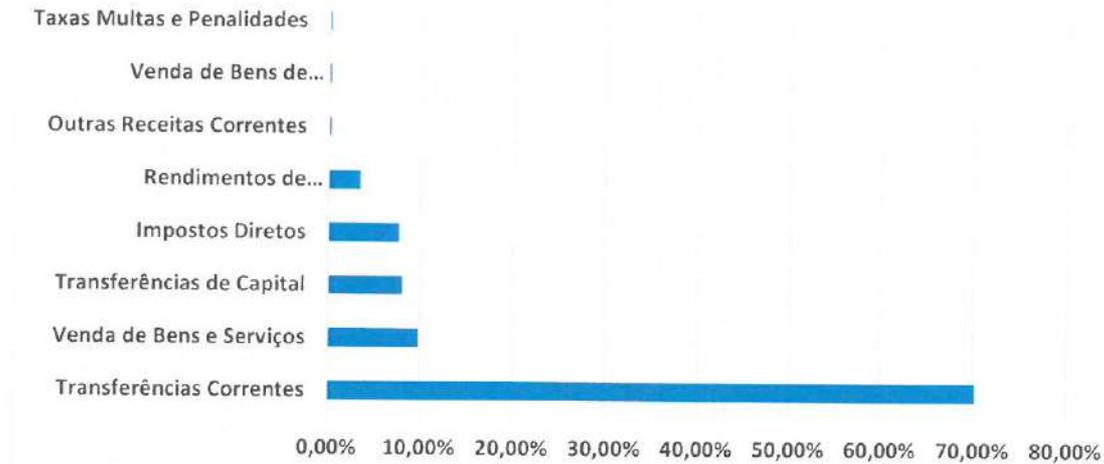
Quadro n.º 1 – Receitas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Transferências Correntes	3.741.829,63€	70,21
Venda Bens e Serviços	523.359,12€	9,82
Transferências Capital	430.442,50€	8,08
Impostos Diretos	411.701,69€	7,72
Rendimentos de Propriedade	184.750,39€	3,47
Outras Receitas Correntes	13.538,81€	0,25
Venda de Bens de Investimento	11.400,00€	0,21
Taxas, Multas e Outras Penalid.	10.316,10€	0,19
Total...	<b>5.327.338,24 €</b>	<b>99,95</b>

As restantes rubricas representam 0,05% do total da receita arrecadada, no montante de € 5.329.835,13, tendo pouco significado em termos de valor absoluto.

O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.

**Gráfico n.º 1 - Proveniência das Receitas**



### II-1-1 Receitas Correntes

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2015 foi de € 411.701,69, correspondendo a 8,43 % das receitas correntes e 7,73% ao total da receita. Verificou-se um acréscimo de +31,14% no total dos Impostos Diretos (+€ 97.751,57). Estando repartido por ordem decrescente pelos seguintes Impostos: "IMT - *Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis*" 28,71% (+90.147,89€), "IMI - *Imposto Municipal sobre Imóveis*" 2,94% (+€ 9.200,45) e "Derrama" 0,55% (+€ 1.717,82), em contrapartida o "IUC - *Imposto Único de Circulação*" registou um decréscimo de 1,06% (-€ 3.314,59).

Em 2015 arrecadaram-se € 2.496,89 de *Impostos Indiretos*, representando um decréscimo de 43,84% (-€ 1.949,21), comparativamente a 2014, estando repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "*Loteamento e Obras*" 34,04% (-€ 1.513,54), "*Publicidade*" 6,64% (-€ 295,10), "*Outros*" 4,72% (-€ 209,99), e "*Taxa Municipal de Direitos de Passagem*" com 0,30% (-€ 13,28), em contrapartida o imposto: "Ocupação da Via Pública" registou um acréscimo de 1,86% (+€ 82,70). Relativamente aos impostos: "*Mercados e Feiras*", "*Saneamento - Conservação*", "*Utilização da Rede Viária*" e "*Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação*", comparativamente ao ano de 2014, as mesmas não foram objeto de registo. A

contribuição dos Impostos Indiretos é de 0,06% para as receitas correntes e de 0,05% para o total da receita.

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras Penalidades*, que corresponde essencialmente ao pagamento de taxas por particulares, foi de € 10.316,10, registou um decréscimo de 8,57% (-€ 967,10), comparativamente a 2014. A contribuição desta receita é de 0,22% para as receitas correntes e de 0,20% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação negativa mais acentuada são: "Saneamento", com um decréscimo de 14,76% (-€ 1.664,70), "Coimas e Penalidades por Contra Ordenações" com 9,57%, (-€ 1.080,00) "Outros" com 6,08% (-€ 686,65) "Juros Compensatórios" com 1,85% (-€ 209,13), "Juros de Mora" com 0,91% (-€ 101,72) e "Caça, Uso e Porte de Arma" com 0,32% (-€ 0,12). Contrariamente as rubricas "Mercados e Feiras" com 0,16% (+€ 17,20), "Loteamentos e Obras" com 22,91% (+€ 2.584,50), "Ocupação da Via Pública" com 1,53% (+€ 173,52), registaram uma variação positiva significativa. Relativamente às rubricas "Multas e Coimas por Infrações ao Código da Estada" e "Multas e Penalidades Diversas", à semelhança de 2014, continuaram a não apresentar registos contabilísticos.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, a qual corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 184.750,39, registou um decréscimo de 33,33% (-€ 92.372,12). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 3,78% para as receitas correntes e de 3,47% para o total da receita.

Em 2015 o Município recebeu € 3.741.829,63 de *Transferências Correntes*, correspondendo € 2.992.203,00 ao "Fundo de Equilíbrio Financeiro", € 64.915,00 ao "Fundo Social Municipal", € 52.254,00 à "Participação Fixa no IRS", € 629.279,63 a "Outros" e € 3.178,00 respeitante à rubrica "Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados".

Face a 2014 o total desta rubrica, registou um aumento de 9,21% (+€ 315.520,41), nomeadamente pela variação positiva de 7,28% (+€ 249.574,07) do "Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente", 0,21% (+€ 7.119,00) do "Fundo Social Municipal", 0,39% (+€ 13.390,00) da "Participação Fixa no IRS", o valor destas rubricas resultou do exposto no quadro XIX da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro de 2014 – LOE. Relativamente à rubrica "Outros", verificou-se um aumento de 1,25% (+€ 42.711,54), agregando esta rubrica as transferências da Administração Central, tais como: Centro de Emprego de Évora, Ministério da Educação, Direção Geral de Educação e Instituto de Gestão Financeira da

Solidariedade e Segurança Social, cujos objetivos visam: "Programas de Inserção Emprego", "Estágios Profissionais", "Programa de Desenvolvimento", "Projeto com a componente de Apoio à Família", "Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo", "Acordo de Cooperação Situações/Especiais" e "Projeto de Proteção de Menores e Crianças em Risco". A rubrica "Estado Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados", registou um acréscimo de 0,08% (+€ 2.725,80), cuja receita arrecadada foi proveniente da comparticipação financeira relativa ao FEDER, designadamente para o projeto: "ADLA – Ações para o Desenvolvimento das Terras do Grande Lago de Alqueva. A contribuição desta receita é de 76,56% para as receitas correntes e 70,21% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi em 2015, de € 128.596,74, registou um aumento de 27,50% (+€ 27.733,31), relativamente a 2014, correspondendo à rubrica "Produtos Acabados e Intermédios", esta rubrica agrega unicamente a venda de água, o aumento verificado deveu-se essencialmente à aplicação do novo tarifário que entrou em vigor em agosto de 2014. O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 2,63% e de 2,42% nas receitas totais.

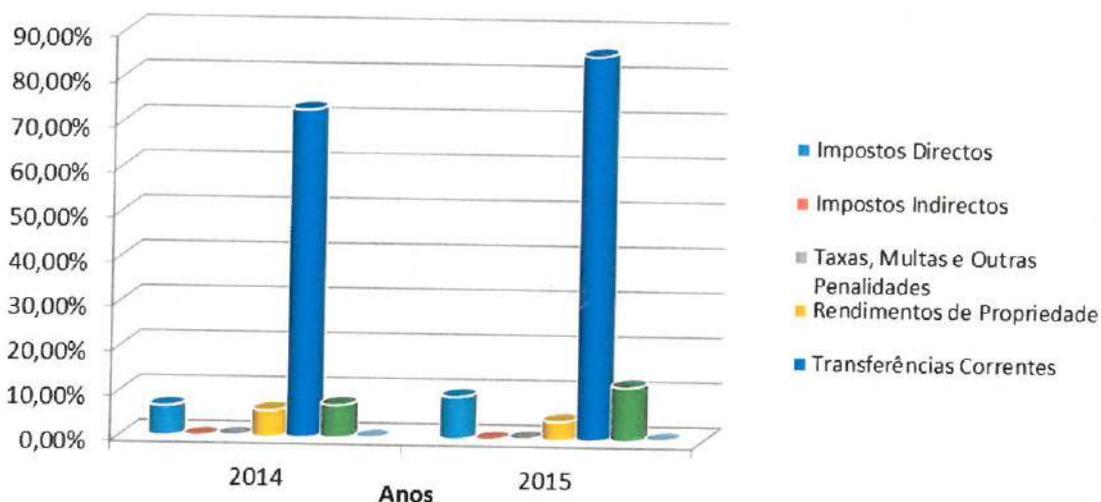
A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 392.223,38 o que representa um aumento de 72,34% (+€ 164.633,36), face a 2014, repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "Saneamento" 45,84% (+€ 104.320,72), "Outros" 19,06% (+€ 43.359,66), "Resíduos Sólidos" 6,25% (+€ 14.220,89), "Cemitérios" 2,27% (+€ 5.175,99) e "Serviços Desportivos" com 0,38% (+€ 870,15), relativamente às rubricas "Saneamento", "Resíduos Sólidos" e "Outros", o aumento verificado deveu-se à aplicação dos novos tarifários aplicados em agosto de 2014. Contrariamente registaram variação negativa as rubricas "Transportes Escolares" com 0,56% (-€ 1.271,39), "Trabalhos por Conta de Particulares" com 0,46% (-€ 1.039,28), "Outros" com 0,43% (-€ 971,84), e "Mercados e Feiras" com 0,01% (-€ 31,54). O peso da venda de serviços nas receitas correntes é de 8,03% e de 7,36% nas receitas totais.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e Alugueres* foi de € 2.539,00, registou um decréscimo de 76,45% (-€ 8.244,25) comparativamente a 2014. O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,06% e de 0,05% nas receitas totais.

A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2015, registou um valor de € 13.538,81, o que comparativamente a 2014, corresponde um aumento de 136,39% (+€ 7.811,50). O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,28% e de 0,026% nas receitas totais.

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de 11,65%, representado no seguinte gráfico:

**Gráfico n.º 2 - Comparação das Receitas Correntes**



O valor do acréscimo das receitas correntes consta do quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das "Transferências Correntes", nomeadamente na sub rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro".

**Quadro n.º 2 – Acréscimo de receitas correntes**

RUBRICAS	%
Impostos Directos	+2,24
Impostos Indirectos	-0,05
Taxas Multas e Outras Penalidades	-0,02
Rendimentos de Propriedade	-2,11
Transferências Correntes	+7,21
Venda de Bens e Serviços	+4,21
Outras Receitas Correntes	+0,17

*(Assinaturas manuscritas)*

## II - 1-2 - Receitas de Capital

Em 2015 as receitas de capital, registaram um decréscimo de 47,29%, passando o seu valor de € 838.256,30 para € 441.842,50, a diferença mais significativa verificou-se nas rubricas, "Vendas de Bens de Investimento" e "Passivos Financeiros", pois foi ainda no decorrer do ano de 2014 que deu entrada a receita correspondente às últimas Tranches do Empréstimo de Médio e Longo Prazo - PAEL, relativamente às "Transferências de Capital" ao inverso das restantes rúbricas registou um aumento de 13,08% (+€ 109.692,59) essencialmente na sob rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro".

A receita proveniente da *Venda de Bens de Investimento* foi em 2015, de € 11.400,00, verificou-se um decréscimo de 76,05% face a 2014, correspondendo apenas à alienação dos Prédios Urbanos sites em: Rua Manuel Joaquim Bação Lopes n.º 3, 7, 9, 10 e 12, Rua Alto da Forca n.º 10 e Rua Manuel Palma n.º 6 todos localizados na Freguesia de Mourão. A contribuição desta receita é de 2,58% para as receitas de capital e 0,22% para o total da receita.

As *Transferências de Capital* ascenderam a € 430.442,50, correspondendo o total desta rubrica, ao total das sob rubricas "Fundo de Equilíbrio Financeiro", verificou-se um aumento de 34,20% (+€ 109.692,59), face a 2014, resultando do exposto no Mapa XIX, anexo à Lei n.º 81-B/2014, de 31/12 (OE - 2015).

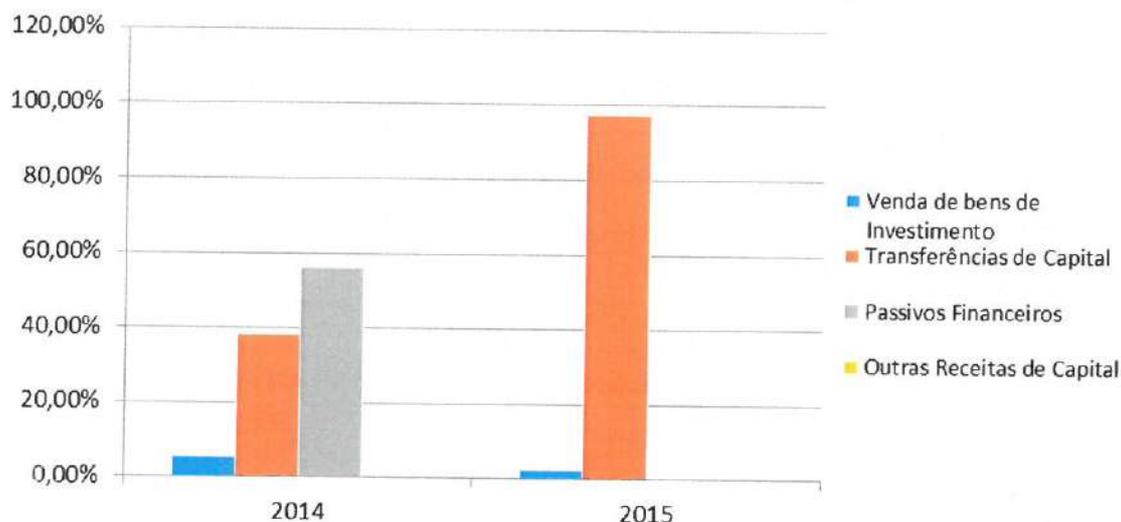
Para a estrutura das receitas de capital, o peso das Transferências de Capital é de 100% e de 8,08% para o total das receitas.

No que concerne à rubrica "Passivos Financeiros", em 2015 a mesma não foi objeto de registo contabilístico.

Relativamente às "Outras Receitas de Capital", verificou-se que no decorrer do ano de 2015 não houve registos contabilísticos.

Comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um decréscimo nas Receitas de Capital de 47,29% (-€ 396.413,80), representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 3 - Comparação das Receitas de Capital



O valor do decréscimo das receitas de capital consta do quadro seguinte, tendo sido verificado nas rubricas: "Passivos Financeiros", com 56,05 % (-€ 469.905,85), não foram contraídos empréstimos no corrente ano e "Venda de Bens de Investimento", com 4,32% (-€ 36.200,54), contrariamente a rubrica "Transferências de Capital", registou um aumento de 13,08% (+€ 109.692,59), essencialmente na sob rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro".

Quadro n.º 3 – Decréscimo de receitas de capital

RUBRICAS	%
Venda de Bens de Investimento	-4,32
Transferências de Capital	+13,08
Passivos Financeiros	-56,05
Outras Receitas de Capital	-0,00

### II – 1 - 3 Outras Receitas

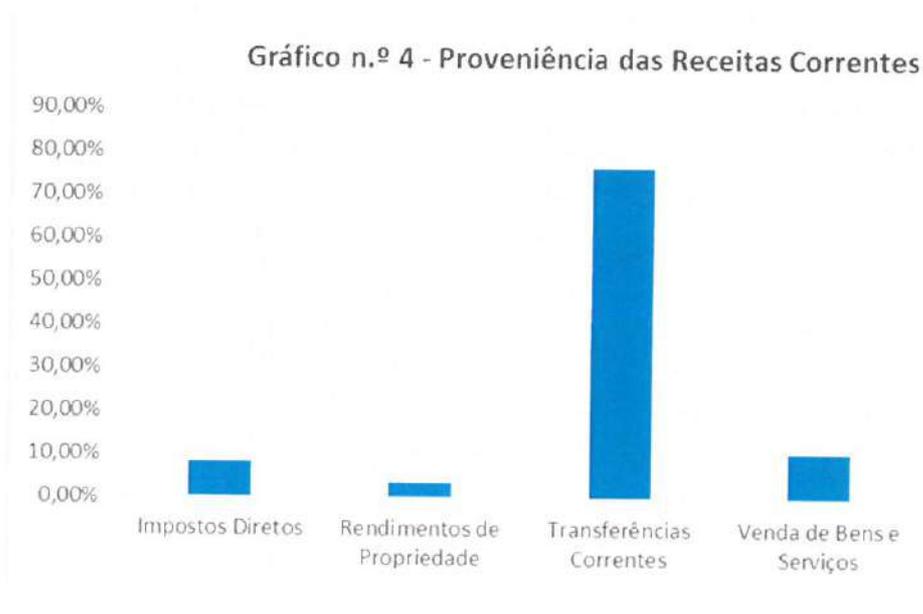
Em 2015 a rubrica "Outras Receitas", designadamente, "Saldo da Gerência Anterior", não foi objeto de movimento contabilístico, em virtude de apresentar valores negativos (-€ 95.464,24).

## II – 1- 4 Resumo das Receitas

Por último, temos que as receitas correntes em 2015, conseguiram cobrir as despesas correntes, pois estas últimas foram no valor global de € 4.744.526,42, sendo as receitas correntes no valor de € 4.887.992,63, ou seja, foi utilizado o valor de € 143.466,21 de receitas de correntes em despesas de capital.

No cômputo geral das receitas correntes, continua a verificar-se que ao longo dos últimos anos, são as "transferências Correntes", com cerca de 76,56%, a "Venda de Bens e Serviços Correntes", com 10,71%, os "Impostos Diretos", com 8,43% e os "Rendimentos de Propriedade", com 3,78% que apresentam maior peso, no total das receitas correntes. As restantes rubricas com cerca de 0,52%, apresentam valores em termos absolutos de pouca relevância.

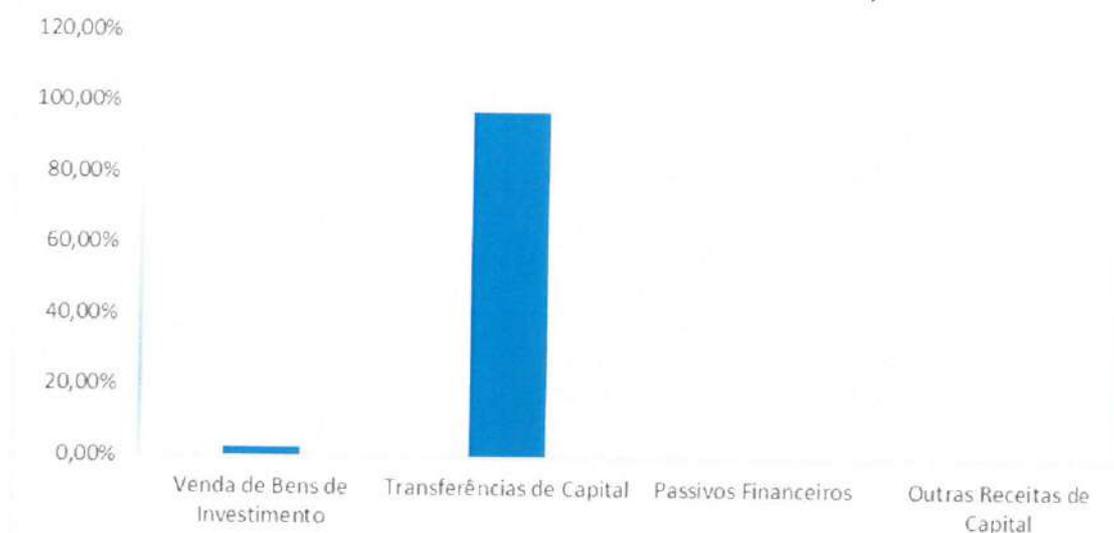
O gráfico que se segue elucida bem o peso das receitas correntes.



Ao nível das receitas de capital são as "Transferências de Capital", com 97,42% e a "Venda de Bens de Investimento", com 2,58% que absorvem a totalidade das receitas de capital, a rubrica "Outras Receitas de Capital", não foi objeto de registo contabilístico no ano de 2015.

*(Assinaturas manuscritas)*

Gráfico n.º 5 - Proveniência das Receitas de Capital

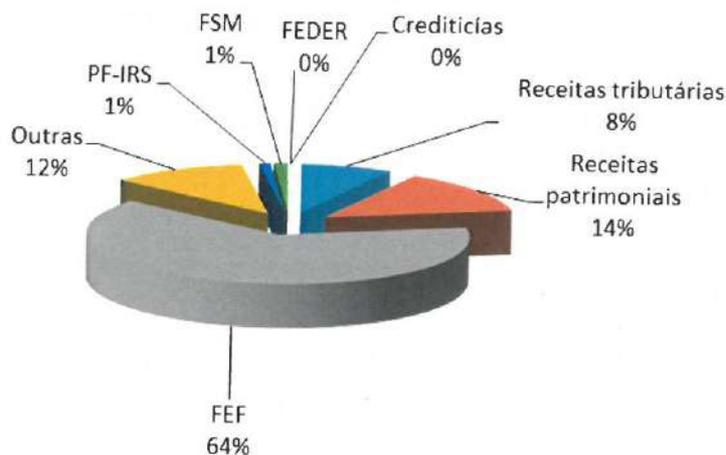


## II – 1- 5 Receitas Segundo o Tipo de Financiamento - 2015

Quadro n.º 4 – Receitas Segundo o Tipo de Financiamento

DESIGNAÇÃO	2014		2015	
	VALOR €		VALOR €	
	Q	%	Q	%
<b>RECEITAS PRÓPRIAS</b>				
Receitas tributárias	318.396,22	6,10%	414.198,58	7,77%
Receitas patrimoniais	680.970,26	13,05%	743.364,42	13,95%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>999.366,48</b>	<b>19,16%</b>	<b>1.157.563,00</b>	<b>21,72%</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS</b>				
FEF	3.059.235,93	58,65%	3.422.645,50	64,22%
FSM	57.796,00	1,11%	64.915,00	1,22%
PF-IRS	38.864,00	0,75%	52.254,00	0,98%
Outras	586.568,09	11,24%	629.279,63	11,81%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>3.742.464,02</b>	<b>71,75%</b>	<b>4.169.094,13</b>	<b>78,22%</b>
<b>RECEITAS CREDITÍCIAS</b>	<b>469.905,85</b>	<b>9,01%</b>		<b>0,00%</b>
<b>COOPERAÇÃO FINANCEIRA</b>				
FEDER	4.595,11	0,09%	3.178,00	0,06%
Contratos-programa				
FSE		0,00%		0,00%
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>4.595,11</b>	<b>0,09%</b>	<b>3.178,00</b>	<b>0,06%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.216.331,46</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.329.835,13</b>	<b>100,00%</b>

Gráfico n.º 6 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento

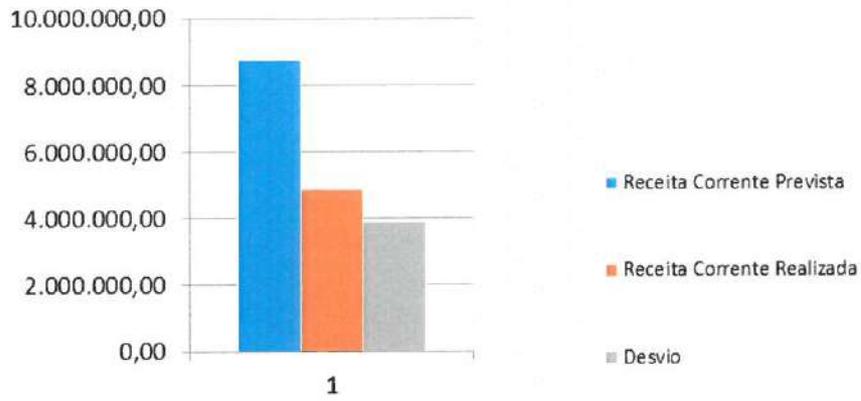


## II – 1- 6 Receita – Desvios

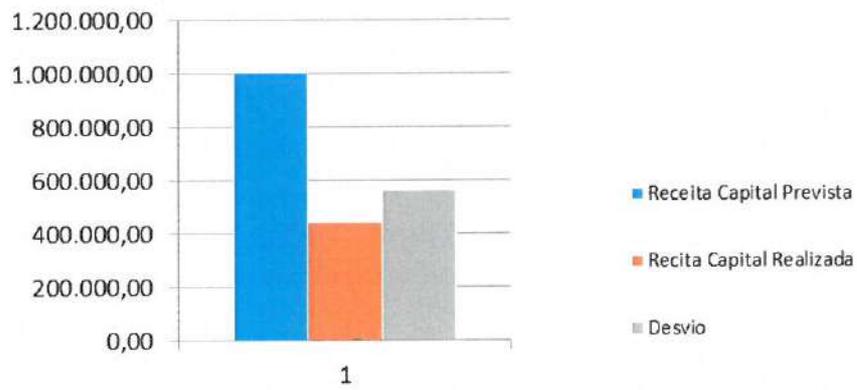
Quadro n.º 5 - Desvios da Receita

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIÇÃO	
			Q	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
Impostos Directos	402.300,00	411.701,69	-9.401,69	-2,34%
Impostos Indirectos	10.600,00	2.496,89	8.103,11	76,44%
Taxas, Multas e Penalidades	17.100,00	10.316,10	6.783,90	39,67%
Rendimentos de Propriedade	280.850,00	184.750,39	96.099,61	34,22%
Transferências Correntes				
FEF	2.984.234,00	2.992.203,00	-7.969,00	-0,27%
FSM	64.915,00	64.915,00	0,00	0,00%
PF-IRS	52.254,00	52.254,00	0,00	0,00%
Outras	636.300,00	629.279,63	7.020,37	1,10%
Venda de Bens	358.000,00	131.774,74	226.225,26	63,19%
Venda de Serviços	417.000,00	392.223,38	24.776,62	5,94%
Rendas e Alugueres	12.000,00	2.539,00	9.461,00	78,84%
Outras Receitas Correntes	3.531.435,00	13.538,81	3.517.896,19	99,62%
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>8.766.988,00</b>	<b>4.887.992,63</b>	<b>3.878.995,37</b>	<b>44,25%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
Venda de Bens de Investimento	2.730,00	11.400,00	-8.670,00	317,58%
Transferências Capital				
FEF	331.581,00	430.442,50	-98.861,50	-29,82%
Outras	18.750,00		18.750,00	100,00%
Passivos Financeiros			0,00	#DIV/0!
Empréstimos de curto prazo			0,00	
Outras Receitas de Capital	650.741,00		650.741,00	100,00%
<b>TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>1.003.802,00</b>	<b>441.842,50</b>	<b>561.959,50</b>	<b>55,98%</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>				
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS</b>				
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>9.770.790,00</b>	<b>5.329.835,13</b>	<b>4.440.954,87</b>	<b>45,45%</b>

**Gráfico n.º7 Receitas correntes**  
**Desvios**



**Gráfico n.º8 Receitas Capital**  
**Desvios**

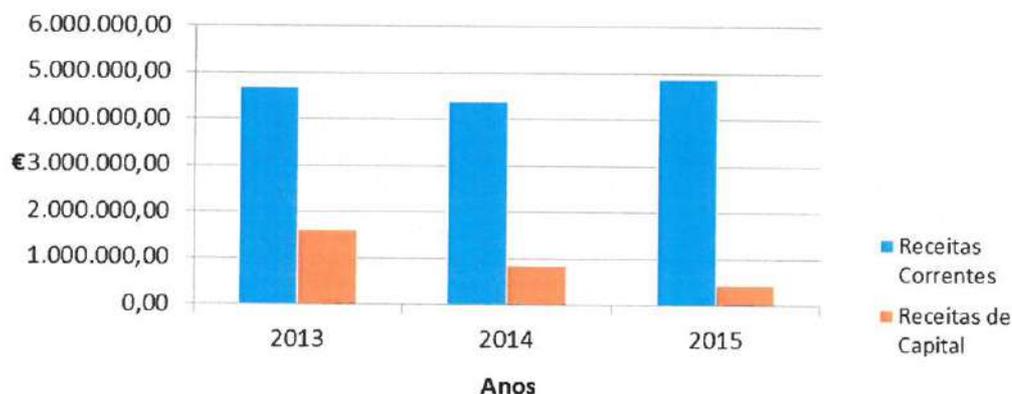


## II – 1 - 7 Evolução da Receita

## Quadro n.º 6 - Evolução da Receita

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	Variação 15/14	
				q	%
<b>RECEITAS CORRENTES</b>					
Impostos Diretos	424.003,60	313.950,12	411.701,69	97.751,57	31,14
Impostos Indiretos	16.389,10	4.446,10	2.496,89	-1.949,21	-43,84
Taxas, Multas Penalidades	9.878,89	11.283,20	10.316,10	-967,10	-8,57
Rendimentos de Propriedade	324.178,82	277.122,51	184.750,39	-92.372,12	-33,33
<i>Transferências Correntes</i>					
FEF	2.806.817,85	2.742.628,93	2.992.203,00	249.574,07	9,10
FSM	57.796,00	57.796,00	64.915,00	7.119,00	12,32
PF-IRS	40.274,00	38.864,00	52.254,00	13.390,00	34,45
Outros	735.171,76	587.020,29	632.457,63	45.437,34	7,74
Venda de Bens	91.364,95	100.863,43	128.596,74	27.733,31	27,50
Venda de Serviços	181.782,68	227.590,02	392.223,38	164.633,36	72,34
Rendas	6.118,67	10.783,25	2.539,00	-8.244,25	-76,45
Outras Receitas Correntes	8.157,70	5.727,31	13.538,81	7.811,50	136,39
<b>TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES</b>	<b>4.701.934,02</b>	<b>4.378.075,16</b>	<b>4.887.992,63</b>	<b>509.917,47</b>	<b>11,65</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>					
Venda de Bens de Investimento	53.071,29	47.600,54	11.400,00	-36.200,54	-76,05
<i>Transferências de Capital</i>					
FEF	852.561,85	316.607,00	430.442,50	113.835,50	35,95
Outros		4.142,91			
<i>Passivos Financeiros</i>					
Empréstimos Curto prazo					
Empréstimos Médio Longo Prazo	704.858,77	469.905,85			
Outras Receitas Capital	2.425,00			0,00	
<b>TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL</b>	<b>1.612.916,91</b>	<b>838.256,30</b>	<b>441.842,50</b>	<b>-396.413,80</b>	<b>-47,29</b>
<b>OUTRAS RECEITAS</b>					
<b>TOTAL OUTRAS RECEITAS</b>					
<b>RECEITA TOTAL</b>	<b>6.314.850,93</b>	<b>5.216.331,46</b>	<b>5.329.835,13</b>	<b>113.503,67</b>	<b>2,18</b>

Gráfico n.º 9 - Evolução das Receitas



*[Assinatura]*

## II – 2 - DESPESA

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 5.204.672,78, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 4.744.526,42

→ Despesa de Capital: € 460.146,36

As despesas tiveram um acréscimo entre 2014 e 2015, quer a componente relacionada com as despesas correntes, quer a componente relacionada com as despesas de capital, tendo ambas as componentes em 2015, aumentado. Em termos contabilísticos apenas está refletida a despesa paga, existem no entanto € 1.701.496,07 de faturas processadas e não pagas, por falta de disponibilidade de Tesouraria.

No total da despesa, constata-se que são as despesas com "Pessoal", € 2.882.246,47, a componente com maior peso, ou seja representa 55,38% da mesma, seguindo-se as seguintes rubricas:

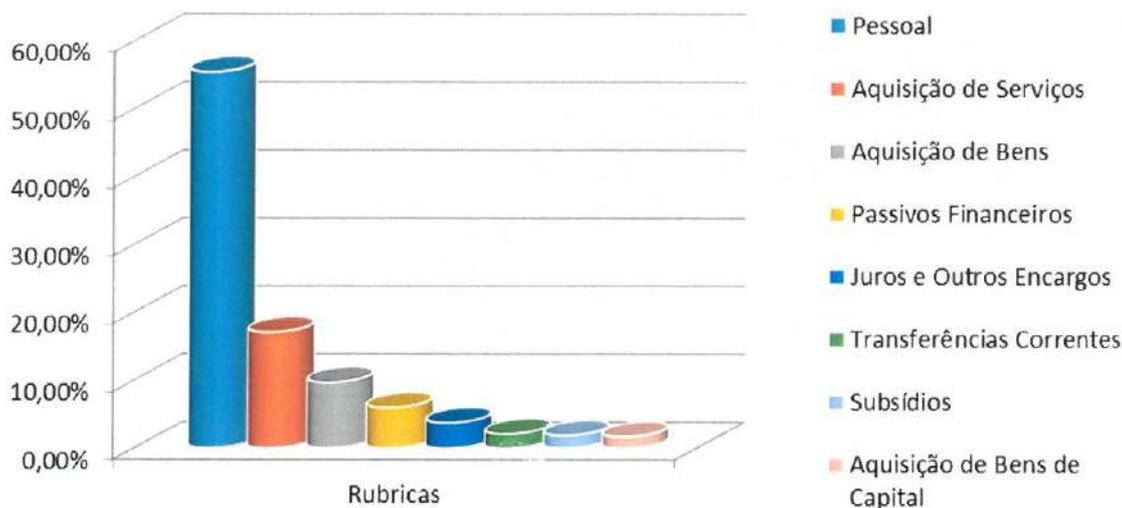
Quadro n.º 7 – Despesas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Aquisição de Serviços	889.669,39 €	17,09
Aquisição de Bens	503.925,55 €	9,67
Passivos Financeiros	313.881,42 €	6,02
Juros e Outros Encargos	198.303,30 €	3,81
Transferências Correntes	112.042,85 €	2,16
Subsídios	99.779,08 €	1,92
Aquisição de Bens de Capital	90.872,41 €	1,75
Outras Despesas Correntes	58.559,78 €	1,13
Ativos Financeiros	37.488,00 €	0,72
Transferências de Capital	17.904,53 €	0,35

Para melhor compreensão, apresenta-se, seguidamente, um gráfico com o valor relativo de cada uma das principais rubricas da despesa.



Gráfico n.º 10 - Peso da Despesa por Rubricas



## II – 2-1 Despesas Correntes

Nas despesas com *peçoal*, estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos, dos funcionários municipais e do pessoal em regime de tarefa ou avença. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão, como em qualquer outra organização, têm um peso importante, pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da Autarquia e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2015, um valor de € 2.882.246,47, registando um decréscimo de 4,83% (-€ 146.327,91), face aos valores apresentados em 2014, deveu-se essencialmente à amortização da dívida que consta em Planos de Pagamento, nomeadamente à CGA – Caixa Geral de Aposentações, IGFSS – Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, ADSE – Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública e AÇOREANA Seguros S.A. Continuou a verificar-se que no decorrer do ano de 2015 se procedeu á redução dos Abonos Variáveis ou Eventuais, nomeadamente: Horas extraordinárias e Ajudas de Custo. As despesas com o pessoal representam 60,75% das despesas correntes e 55,38% do total da despesa.

A despesa com a *Aquisição de Bens* foi de € 503.925,55 registou um aumento de 32,14% (+€ 122.558,26), face aos valores de 2014. Esta rubrica representa 10,63% na estrutura das despesas correntes e 9,69% no total da despesa. O desvio verificado em relação ao Orçamento foi 69,38% (-€ 1.142.085,45).

*[Assinaturas manuscritas]*

A rubrica *Aquisição de Serviços*, teve na gerência em análise um valor de € 889.669,39 registou um aumento de 27,33% (+€ 190.961,30) face a 2014. Esta rubrica representa 18,76% das despesas correntes e 17,10% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 56,63% (-€ 1.161.610,61).

Em 2015 os *Juros e Outros Encargos* registaram um valor de € 198.303,30, verificando-se um decréscimo de 5,84% (-€ 12.302,23) relativamente a 2014. Esta rubrica, agrega os *Juros de empréstimos de médio longo prazo*, cujo total ascendeu a € 147.392,70, mais 0,71% (+€ 1.492,92) do que em 2014, *Outros Juros*, cujo valor ascendeu a € 50.846,60, menos 6,51% (-€ 13.727,15) e *Outros Encargos Correntes da Dívida Pública*, com o valor de € 64,00, menos 0,04% (-€ 68,00). O seu peso nas despesas correntes é de 4,18% e de 3,81% nas despesas totais. Esta rubrica registou face à previsão orçamental, um desvio de 49,21% (-€ 192.131,70).

As *Transferências Correntes* em 2015 ascenderam a € 112.042,85, mais 24,58% (+€ 22.104,28) do que em 2014, o peso desta despesa é essencialmente destinado às Sob rubricas: "*Administração Local – Associações de Municípios*", cujo valor pago em 2015, inclui as Contribuições e diversos projetos protocolados com a "CIMAC" e Contribuições para a "Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago – Alqueva" ascendeu a € 69.635,67, mais 31,71% (+€ 28.523,71), "*Instituições Sem Fins Lucrativos*", com um valor pago de € 25.000,00, menos 11,12% (-€ 10.000,00), cuja finalidade visou o apoio à "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão" ao abrigo do "Protocolo para Enquadramento de Pessoal, destinado o integrar as Equipas de Intervenção Permanente" e "Estado" com € 17.407,18, mais 3,98% (+€ 3.580,57). As transferências correntes correspondem a 2,37% das despesas correntes e a 2,16% das despesas totais. O desvio relativamente à previsão orçamental foi de 61,64% (-€ 179.982,15).

A rubrica *Subsídios*, registou em 2015 um valor de € 99.779,08, verificando-se um decréscimo de 2,57% (-€ 2.632,71), face a 2014, em virtude da redução do pessoal abrangido pelos "Contrato Emprego – Inserção" e "Contrato Emprego – Inserção +" (anteriormente denominado de POC,S, subsidiários e carenciados). São beneficiários destes Contratos, os desempregados inscritos nos Centros de Emprego e titulares:

a) Subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego, designados desempregados subsidiados.

b) Do Rendimento Social de Inserção.

Estes projetos de trabalho socialmente necessário, não podem ter uma duração superior a doze meses. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção", os seus utentes auferem de uma bolsa mensal de 20% da prestação mensal de desemprego ou de 20% do indexante dos apoios sociais (caso se trate de subsídio social de desemprego) sendo o pagamento, da responsabilidade da entidade promotora – Câmara Municipal de Mourão. Portanto, caso o utente aufera subsídio de desemprego, o valor da bolsa, varia consoante o montante desse mesmo subsídio. No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção +", os encargos com a remuneração mensal do desempregado, são comparticipados pelo IEFP a 80%, durante todo o projecto, ficando a restante percentagem 20%, a cargo da Câmara Municipal de Mourão. Estas despesas representam 2,11% das despesas correntes e 1,92% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 16,16% (-€ 19.220,92).

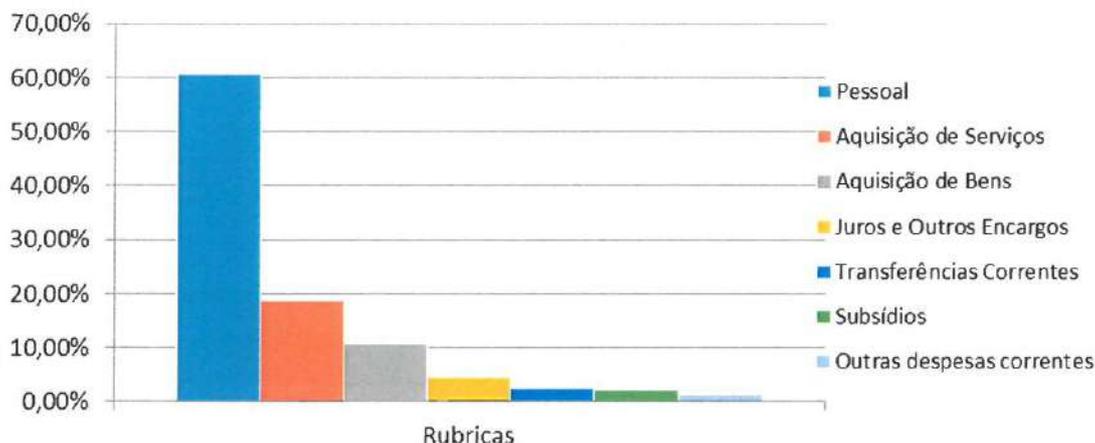
As *Outras Despesas Correntes*, ascenderam em 2015 a € 58.559,78, diminuíram 24,43% (-€ 18.939,28), face a 2014. Correspondem a 1,24% das despesas correntes e a 1,13% do total da despesa. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 60,47% (-€ 89.560,22).

Relativamente às despesas Correntes, constatamos que é a rubrica de "Pessoal" que representa cerca de 60,75% do total, apresentando um valor superior a € 2.500.000,00, logo seguida pela "Aquisição de Serviços", com € 889.669,39 ou seja 18,76%, seguindo-lhe a "Aquisição de Bens", com € 503.925,55 e 10,63%, "Juros e Outros Encargos" com € 198.303,30 e 4,18%, "Transferências Correntes" com € 112.042,85 e 2,37%, por fim a rubrica "Subsídios", com € 99.779,08 e 2,11%. As restantes rubricas representam 1,24% do total da despesa corrente, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme se pode observar no gráfico que se segue.





Gráfico n.º 11 - Peso das Despesas Correntes por Rubricas

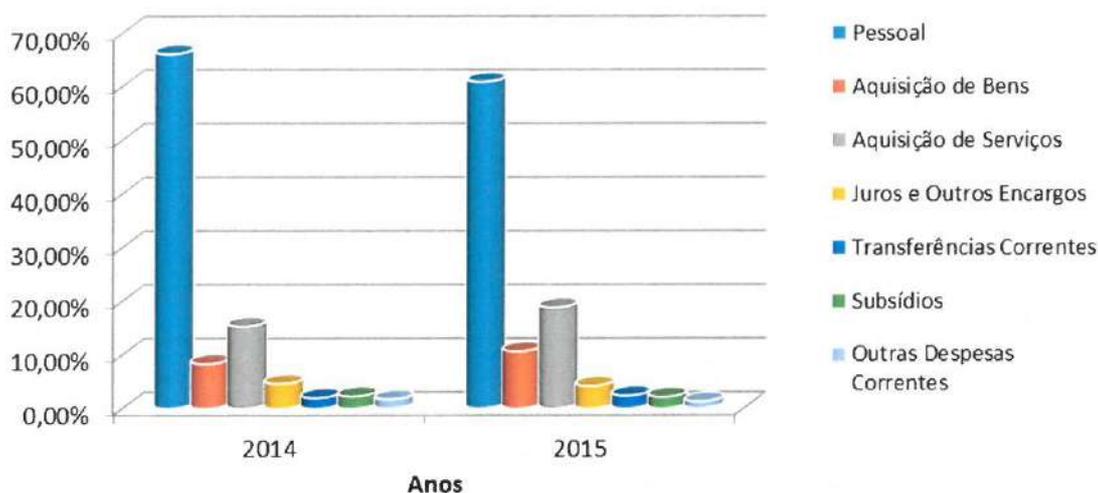


A variação percentual das referidas rubricas, no cômputo geral das despesas correntes, apresenta um acréscimo de 3,39%, (+€ 155.421,70), face ao ano de 2014, repartido: 6,83% (+€ 313.519,56) na "Aquisição de Bens e Serviços" e 0,49% (+€ 22.104,28) nas "Transferências Correntes". Em contrapartida as rubricas "Pessoal", "Juros e Outros Encargos", "Subsídios" e "Outras Despesas Correntes", registaram um decréscimo de 3,19% (-€ 146.327,92), 0,26% (-€ 12.302,23), 0,06% (-€ 2.632,71) e 0,42% (-€ 18.939,28) respetivamente.

No ano de 2015 ficaram por liquidar relativamente a estas rubricas 30,90% de encargos assumidos.

O Gráfico seguinte demonstra, o decréscimo verificado nas despesas correntes, relativamente a 2015:

Gráfico n.º 12 - Comparação das Despesas Correntes



## II – 2 - 2 Despesas de Capital

As despesas de Capital, em 2015 ascenderam a € 460.146,36, verificou-se um acréscimo de 7,67% (+€ 32.749,98) face a 2014. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 74,97% (-€ 1.378.722,64). Este tipo de despesa corresponde a 8,85% do total das despesas.

A despesa efetuada com a *Aquisição de bens de capital*, foi de € 90.872,41. Face aos valores de 2014, registou uma diminuição de 18,80% (-€ 21.041,02), repartido pelas seguintes rubricas: 31,55% (-€ 35.306,22), no "Material de Transporte", 28,98% (-€ 32.434,89), nas "Construções Diversas", 3,01% (-€ 3.369,65), nos "Terrenos", 0,10% (-€ 110,04) nas "Ferramentas e Utensílios. Em contrapartida as rubricas "Equipamento Básico", "Equipamento de Informática", "Software Informático" e "Equipamento Administrativo" registaram um aumento de 27,47% (+€ 30.746,82), 14,99% (+€ 16.769,68), 2,28% (+€ 2.552,25) e 0,10% (+€ 111,03) respetivamente. Para a estrutura das despesas de capital esta despesa corresponde a 19,75% e para o total das despesas corresponde a 1,75%.

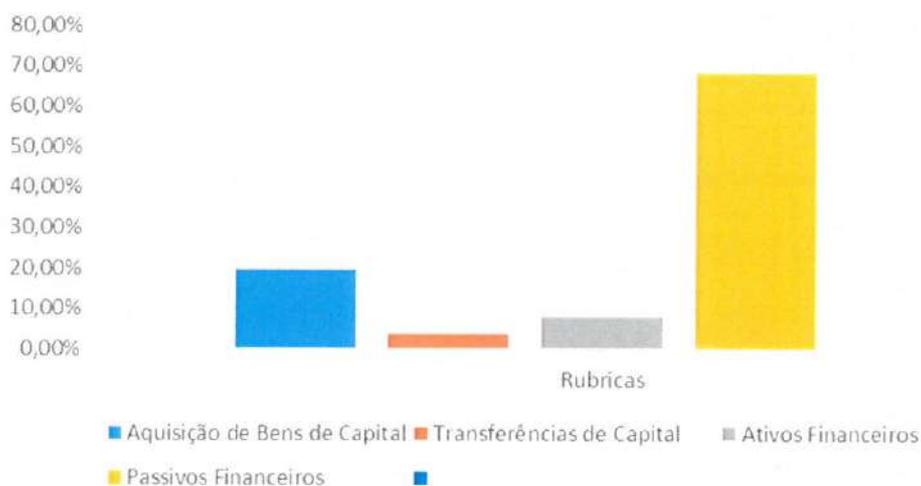
No ano financeiro de 2015, a rubrica "*Transferências de Capital*", registou um valor de € 17.904,53, que correspondeu ao apoio financeiro concedido á CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no âmbito do projetos "SIGREDES", "EDD – Évora Distrito Digital", "RETALER" e "EPI – Equipamento de Proteção Civil", e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão, para aquisição de uma ambulância. O peso desta rubrica na estrutura das despesas de capital é de 3,90% e de 0,35% no total das despesas.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

No ano financeiro de 2015 registou-se na rubrica "Ativos Financeiros", o valor de €37.488,00, correspondente á participação anual no capital social do FAM – Fundo de Apoio Municipal, sendo que o capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos Municípios (art.º 17.º, n.º 1, do RJRFM).

Relativamente aos *Passivos Financeiros* em 2015, o seu valor ascendeu a € 313.881,42, resultou das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, verificou-se um acréscimo de 10,85% (+€ 30.714,83), comparativamente a 2014, o aumento verificado resultou do valor da amortização do empréstimo de Saneamento financeiro celebrado com o BPI – Banco Português de Investimento, em 08 de outubro de 2009, fixando-se o valor em 2015 em € 60.000,00, no entanto não conseguiu o Município amortizar o valor correspondente ao fixado no contrato, pelo segundo ano consecutivo foi efetuada uma alteração à forma de reembolso de capital contratualmente previsto. Tendo o Município recorrido ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, encontrando-se a aguardar a decisão final por parte da Comissão Executiva, com a respetiva aprovação estará o Município em condições de recorrer ao empréstimo de Médio e Longo Prazo a financiar pelo Estado Português, sendo então regularizada a situação de incumprimento no valor de € 1.190.718,15 perante o Banco BPI – Banco português de Investimento. O seu peso na despesa de capital é de 68,22% e de 6,03% no total da despesa. Relativamente á previsão orçamental, verifica-se um desvio de 77,47% (-€ 1.079.534,58). A rubrica "Passivos Financeiros", com € 313.881,42, representando cerca de 68,22% do valor total das despesas de capital e "Aquisição de Bens de Capital", com € 90.872,41, representando cerca de 19,75%, absorvem 87,97% do registo desta despesa, as restantes rubricas representam 12,03% do total da despesa de capital, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme é demonstrado no gráfico que se segue.

Gráfico n.º 13 - Peso das Despesas de Capital por Rubricas



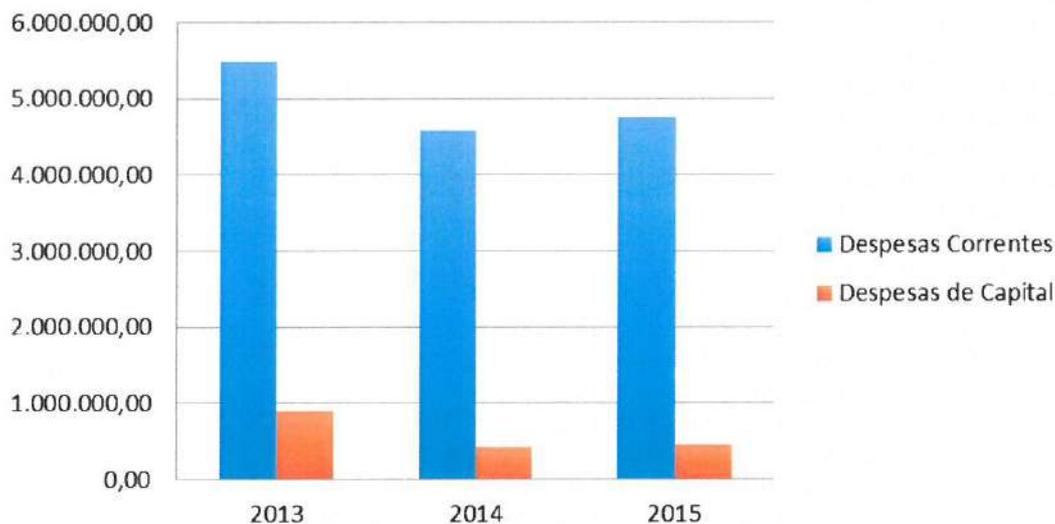
## II – 2-3 Evolução da Despesa

Quadro n.º 8 – Evolução da Despesa

DESIGNAÇÃO	2013	2014	2015	Variação 14/15	
				q	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>					
Pessoal	2.737.282,90	3.028.574,39	2.882.246,47	-146.327,92	-4,83
Aquisição de Bens	699.594,27	381.367,29	503.925,55	122.558,26	32,14
Aquisição de Serviços	1.089.805,36	698.708,09	889.669,39	190.961,30	27,33
Juros e Outros encargos	203.230,65	210.605,53	198.303,30	-12.302,23	-5,84
Transferências Correntes	540.517,47	89.938,57	112.042,85	22.104,28	24,58
Subsídios	122.486,90	102.411,79	99.779,08	-2.632,71	-2,57
Outras despesas correntes	101.622,16	77.499,06	58.559,78	-18.939,28	-18,64
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.494.539,71</b>	<b>4.589.104,72</b>	<b>4.744.526,42</b>	<b>155.421,70</b>	<b>3,39</b>
Aquisição de Bens de Capital	186.043,82	111.913,43	90.872,41	-21.041,02	-18,8
Transferências de Capital	22.145,91	32.316,36	17.904,53	-14.411,83	-44,6
Ativos Financeiros			37488		
<i>Passivos Financeiros</i>	691.572,89	283.166,59	313.881,42	30.714,83	10,85
Empréstimos a Curto Prazo				0	
Empréstimos Médio Longo Prazo				0	
<b>TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL</b>	<b>899.762,62</b>	<b>427.396,38</b>	<b>460.146,36</b>	<b>32.749,98</b>	<b>7,66</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>6.394.302,33</b>	<b>5.016.501,10</b>	<b>5.204.672,78</b>	<b>188.171,68</b>	<b>3,75</b>

O gráfico seguinte demonstra, a evolução das despesas correntes e de capital ao longo dos últimos três anos:

**Gráfico n.º14 Evolução das Despesas**



## II – 2-4 Despesa - Desvios

**Quadro n.º 9 - Desvios da Despesa**

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIÇÃO	
			Q	%
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
Pessoal	3.285.050,00	2.882.246,47	402.803,53	12,26%
Aquisição de Bens	1.646.011,00	503.925,55	1.142.085,45	69,39%
Aquisição de Serviços	2.051.280,00	889.669,39	1.161.610,61	56,63%
Juros e Outros Encargos	390.435,00	198.303,30	192.131,70	49,21%
Transferências Correntes	292.025,00	112.042,85	179.982,15	61,63%
Subsídios	119.000,00	99.779,08	19.220,92	16,15%
Outras Despesas Correntes	148.120,00	58.559,78	89.560,22	60,46%
<b>TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES</b>	<b>7.931.921,00</b>	<b>4.744.526,42</b>	<b>3.187.394,58</b>	<b>40,18%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
Aquisição de Bens de Capital	367.250,00	90.872,41	276.377,59	75,26%
Transferências de Capital	40.715,00	17.904,53	22.810,47	56,02%
Ativos Financeiros	37.488,00	37.488,00	0,00	0,00%
Passivos Financeiros	1.393.416,00	313.881,42	1.079.534,58	77,47%
Outras Despesas Capital				
<b>TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.838.869,00</b>	<b>460.146,36</b>	<b>1.378.722,64</b>	<b>74,98%</b>
<b>DESPESA TOTAL</b>	<b>9.770.790,00</b>	<b>5.204.672,78</b>	<b>4.566.117,22</b>	<b>46,73%</b>

Os gráficos que se seguem, demonstram os desvios verificados, nas despesas correntes e de capital, relativamente à previsão do Orçamento.

Gráfico n.º 15 Despesas Correntes - Desvios

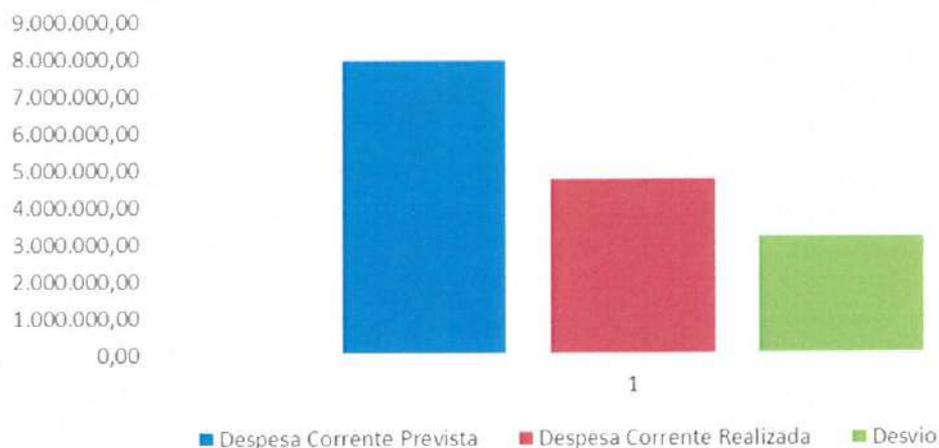
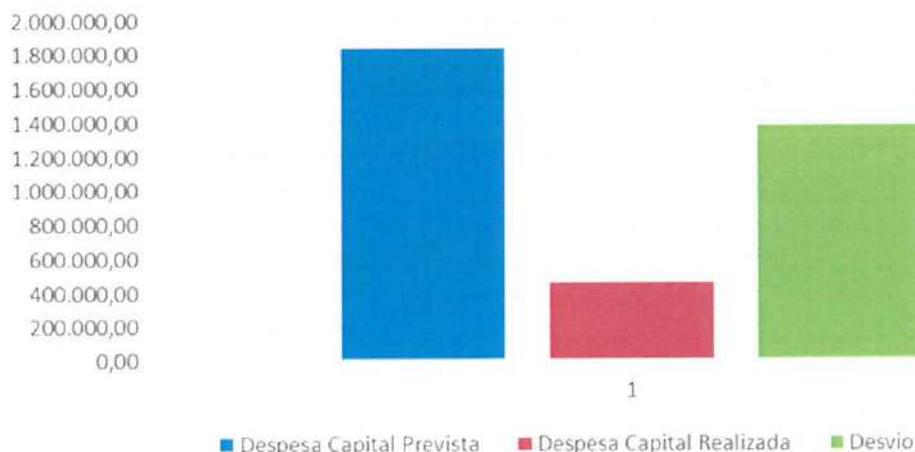


Gráfico n.º 16 Despesas de Capital - Desvios



## II – 2-5 Equilíbrio Orçamental

O Princípio do Equilíbrio Orçamental encontra-se preconizado no POCAL e dispõe que as receitas correntes têm de ser pelo menos iguais às despesas correntes. No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime

*[Handwritten signatures and initials]*

Financeiro das Autarquias Locais, foi introduzida uma inovação, mais restrita, passando a consagrar que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente, acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo.

Deste modo verificamos que não foi dado cumprimento a esta disposição legal.

#### Quadro n.º 10 – Equilíbrio Orçamental

	2015
Receitas Correntes Brutas	4.887.992,63
Despesas Correntes	4.744.526,42
Saldo Corrente	143.466,21
Média dos Empréstimos de M/LP	673.061,00
Equilíbrio Orçamental	-529.594,79

## II - 3 RESUMO

Em jeito de conclusão, podemos constatar que a Autarquia viu o seu Orçamento executado a 55,76%, no que respeita às receitas correntes e a 59,82% no que respeita às despesas correntes. No que se refere às receitas e despesas de capital a execução foi de 44,02% e 25,03%, respetivamente.

Em 2015-12-31, as disponibilidades totais eram de € 138.774,66, sendo € 29.698,11, de operações orçamentais e € 109.076,54 de operações não orçamentais.

## II - 4 ENDIVIDAMENTO

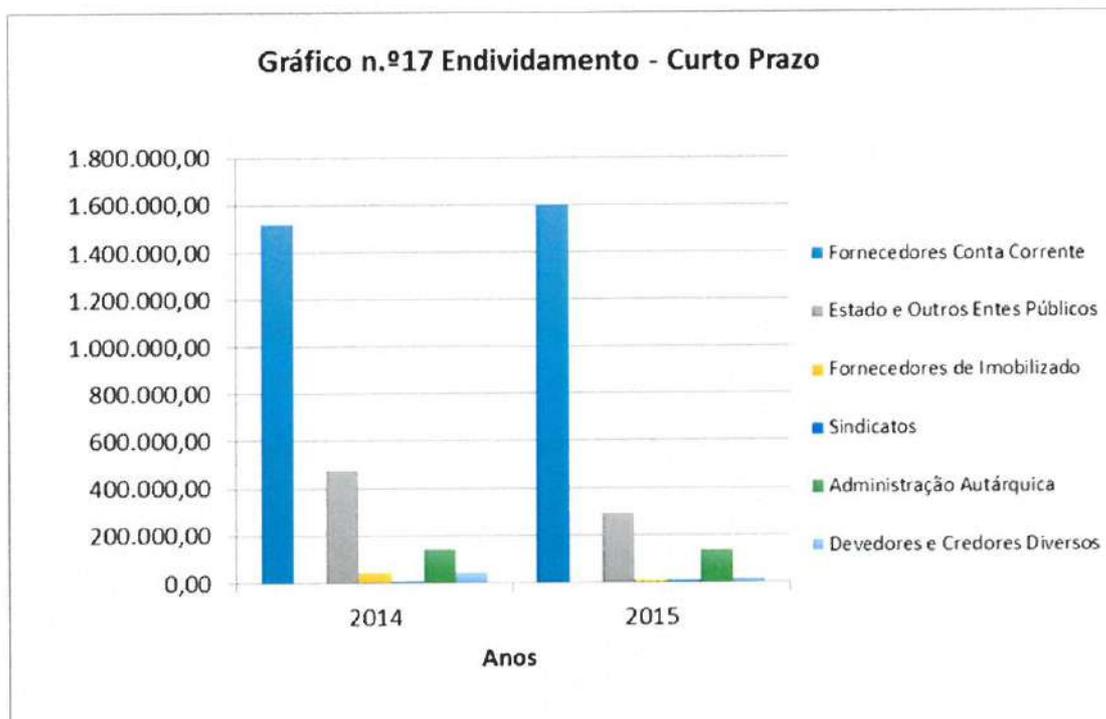
### II – 4-1 Dívida a Terceiros

A Dívida de Curto Prazo ascende a € 2.057.377,48 e resulta de: Dívida a Terceiros, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro n.º 11 – Dívida a Terceiros - Curto prazo (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA	%
Fornecedores c/corrente	1.602.960,01	77,90
Estado e Outros Entes Públicos	292.207,13	14,20
Fornecedores de Imobilizado	7.205,21	0,35
Sindicatos	702,70	0,04
Administração Autárquica	134.377,71	6,54
Devedores e Credores diversos	19.924,72	0,97
<b>TOTAL</b>	<b>2.057.377,48</b>	<b>100,00</b>

Comparativamente ao ano de 2014, houve um decréscimo de 7,73% (-€ 172.566,07), conforme é demonstrado no seguinte gráfico:



## II – 4-2 Dívida de Terceiros

O quadro n.º 12, apresenta os valores em dívida de Terceiros, para com a Autarquia de Mourão, e a sua evolução nos últimos dois anos.

Quadro n.º 12 – Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)

2014	2015
2.435.222,09	2.541.843,46

O montante relativo às dívidas de terceiros à Autarquia de Mourão, corresponde à comparticipação do Fundo Comunitário para financiamento do seguinte projeto: “Festival Terras do Sol”, no valor total de € 18.822,00 e Rendas devidas por parte da EDIA, ao abrigo do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 424/83, por o Município se encontrar na zona de influência da Central Hidroelétrica de Alqueva, desde 1996 até 2011, cujo valor apurado corresponde a € 2.197.252,00.

A dívida de Clientes c/c e Contribuintes c/c representa € 34.705,56, e corresponde a cobranças a decorrer dentro do prazo, relativas ao fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos e a rendas e alugueres de bens patrimoniais.

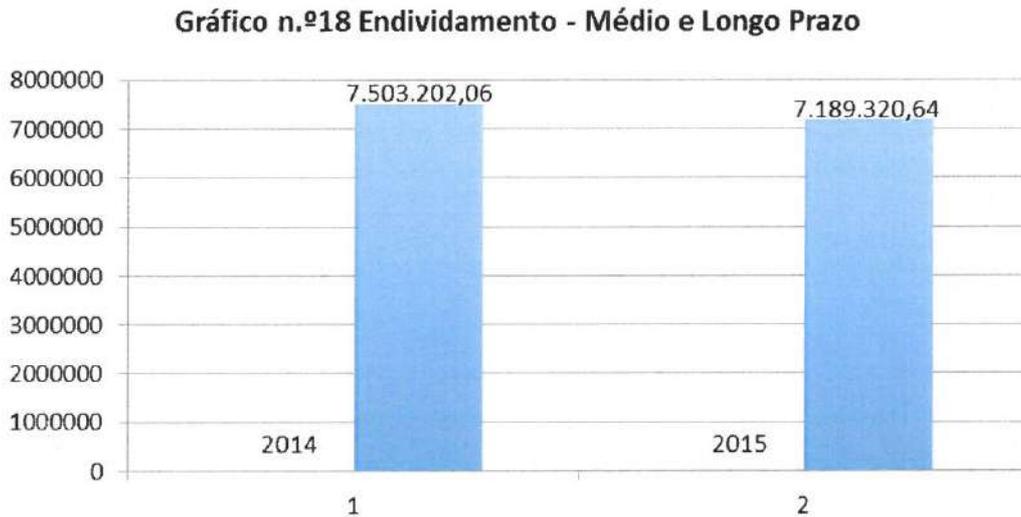
A dívida de Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa ascende a € 268.448,56, e corresponde a fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos e rendas patrimoniais. As provisões para cobranças duvidosas, foram reforçadas em € 64.070,17.

Em 31 de Dezembro de 2015, existia IVA a recuperar no montante de € 22.615,34.

## II – 4-3 Dívida de Médio e Longo Prazo

Relativamente ao endividamento de Médio e Longo prazo, o decréscimo foi de 4,18% (-€ 313.881,42) comparativamente a 2014, correspondendo o respetivo valor à amortização de vários empréstimos, de salientar que pelo segundo ano consecutivo se efetuou uma alteração à forma de reembolso de capital, relativamente ao empréstimo de Saneamento Financeiro contratualizado com o BPI em 08 de outubro de 2009, devido à impossibilidade do Município não poder cumprir com as obrigações assumidas, fixando-se o capital amortizado em € 60.000,00.

O seguinte gráfico demonstra a evolução do endividamento de Médio e longo Prazo:



A Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, estabelece o regime financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, definindo o conceito de endividamento e o modelo.

#### II – 4-4 Limite de Dívida Total

Nos termos do n.º 1, 2, 3 e 4 do Artigo 52.ª da referida Lei:

*“A dívida total de operações orçamentais do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.ª, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.*

*“A dívida total de operações orçamentais do Município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais”.*

Sempre que um Município:

*“a) Não cumpra o limite no n.º 1 deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10% do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido.”*

"b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20% da margem disponível no início de cada um dos exercícios."

"Para efeito de responsabilidade financeira, o incumprimento da obrigação prevista no número anterior é equiparado à ultrapassagem do limite previsto no n.º 1, nos termos e para os efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto."

Para melhor compreensão e análise o mapa abaixo identificado, designado "Ficha do Município", foi retirado da aplicação SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local que consta na DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais e identifica a situação de dívida total do Município de Mourão à data de 31 de dezembro de 2015.

#### A. Dados entidade:

Área (Km2) 278.62 População (hab.) 2622 Eleitores (n.º) 2556  
 Pessoal ao serviço (n.º) 165 (4.º Trimestre de 2015)

#### B. Receita corrente cobrada líquida

Receita Corrente Líquida 2012	Receita Corrente Líquida 2013	Receita Corrente Líquida 2014	Total	Média da receita corrente líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1)+(2)+(3)	(5)=(4)/(3)
3.527.759	4.701.934	4.378.075	12.607.768	4.202.589

#### C. Limites da dívida total da autarquia para o ano corrente (Lei do regime financeiro das autarquias locais):

Limite dívida total 2015 (1,5\* média da receita corrente cobrada líquida dos últimos três anos) (artº 52º Lei nº73/2013)

Limite da dívida total 6.303.884,22

#### D. Dívida total da autarquia

(em euros)

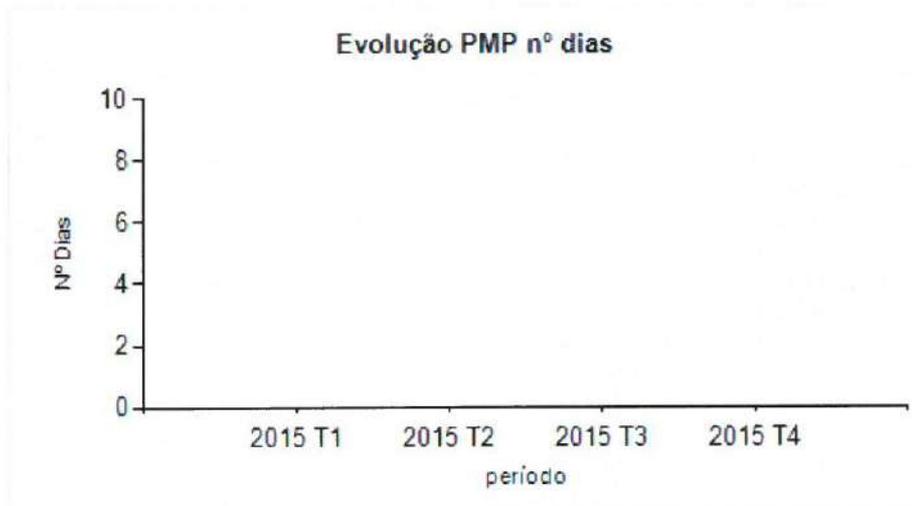
Limite	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros	Contribuição SM/AM/SEL/Ent.Part	Dívida Total	Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e FAM	Montante em Excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(6)=(5)-(1), se (5)>(1)	(7)=(1)-(5), se (5)<(1)	(8)=(7)*20%
	01/01/2015						
	10.018.440	12.460	10.030.899	9.638.937	3.335.053		

6.303.884	31/12/2015					
9.497.743	1.987	9.499.730	9.165.725	2.861.841		
Variação da Dívida %						-4,91%
Variação do Excesso da Dívida %						-14,19%
Margem Disponível por Utilizar						
<b>Dívida em excesso</b>						

### E. Prazo Médio de Pagamentos: (31-12-2015)

1. Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas	6.712.359	PMP	426 dias
2. Aquisição acumuladas	1.437.952		
3. Último PMP publicado	328 dias	(31/12/2014)	

**PMP superior a 90 dias**



### F. Indicadores de base para determinar situação de Saneamento ou Recuperação Financeira:

Média da receita corrente líquida (últimos três anos)	4.202.589	Grau de execução da receita ano n-1 (%)	62,86%
Dívida total excluindo orçamentais e FAM (31-12-2015) (período corrente)	9.165.725	Grau de execução da receita ano n-2 (%)	62,38%
Dívida total excluindo empréstimos (31-12-2015) (período corrente)	1.976.404		

#### Saneamento Financeiro

**Condições de adesão facultativa**

**Condições de adesão obrigatória**

(facultativas para adesão ao mecanismo de recuperação financeira)

Dívida total > 2,25 \* média das receitas correntes dos últimos três anos e menor ou igual a 3 \* a média das receitas

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos  correntes dos últimos três anos

Dívida total, excluindo empréstimos > 0,75 da média das receitas correntes dos últimos três anos

### Recuperação Financeira

Dívida total > 3\* média das receitas correntes dos últimos três anos

*Nota: Esta informação é meramente informativa uma vez que a aferição da situação de saneamento financeiro ou de rutura financeira é efetuada com base nos dados da conta de gerência/prestação de contas.*

### G. Indicadores de Alerta Precoce:

Dívida total = ou > média das receitas correntes dos últimos três anos

Dívida total = ou > 1,5 \* média das receitas correntes dos últimos três anos

Taxa de execução da receita ano n-1 e n-2 < 85%

### H. Resumo das Receitas e das Despesas (ano n-1):

(em euros)

Receitas					Despesas			Saldo Orçamental para a gerência seguinte
Correntes	Capital	Saldo Orçamental da gerência anterior	Reposições não abatidas	Total	Correntes	Capital	Total	
1	2	3	4	5	6	7	8	9
4.378.075	838.256	-295.295		4.921.037	4.589.105	427.396	5.016.501	-95.464

### I. Despesa com pessoal (período homólogo):

1. Ano n-1	3.028.574	Variação	Valor (2 - 1)	-146.328
2. Ano n	2.882.246		% (2-1)/1	-4,83%

### J. Pessoal ao serviço (período homólogo):

1. Ano n-1	169	Variação	Valor (2 - 1)	-4
2. Ano n	165		% (2-1)/1	-2,37%

### L: Cumprimento dos deveres de informação:

Sim

## II – 4-5 Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2015

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2015 foi de € 2.882.246,47, no montante de acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas revelam algumas classificações económicas.

### Quadro n.º 13 - Limite de Encargos com Pessoal do Quadro

Receitas Correntes - 2014	Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2015	
4.378.075,16	60%	2.626.845,10

### Quadro n.º 14 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1.400.441,32
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	11.280,32
01.01.13	Subsídio de Refeição - Pessoal dos Quadros	187.179,60
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	263.616,85
<b>TOTAL</b>		<b>1.862.518,09</b>

### Quadro n.º 15 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2014	Limite das Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação para 2015	
2.626.845,10	25%	656.711,28

**Quadro n.º 16 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite**

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.01	Titulares dos Órgãos de Soberania, Membros dos Órgãos Autárquicos	83.948,84
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	36.193,04
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	13.831,03
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	13.517,23
<b>TOTAL</b>		<b>147.490,14</b>

## II – 5 COMPROMISSOS/FUNDOS DISPONÍVEIS

Nos termos da alínea a), do artigo 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos compromissos e dos Pagamentos em atraso (LCPA), consideram-se “Compromissos” para efeitos da referida Lei, as obrigações de efetuar pagamentos a terceiros em contrapartida do fornecimento de bens e serviços ou da satisfação de outras condições.

“Fundos Disponíveis”, de acordo com a alínea f) do artigo 3.º da LCPA e artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, são verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos incluindo no caso da administração local: 1) as transferências ou subsídios com origem no Orçamento de Estado, relativos aos 3 meses seguintes; 2) a receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; 3) a receita efetiva própria a cobrar nos 3 meses seguintes; 4) o produto de empréstimos contraídos nos termos da Lei; 5) as transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de referência Estratégico Nacional (QREN) e de outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas e devidamente certificadas ou validadas; 6) outros montantes autorizados pela Câmara Municipal, nos termos do artigo 4.º da LCPA.

Em conformidade com o disposto no artigo 5.º da LCPA e do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, os compromissos só podem ser assumidos até ao montante dos fundos disponíveis e desde que seja verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, seja emitido um número sequencial e válido de compromisso e registado no sistema informático de apoio à execução orçamental.

35

### Quadro n.º 17 – Compromissos Assumidos

Descrição	Período	Valor €
Compromissos Assumidos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015	<b>7.337.359,79</b>
Compromissos Assumidos pagos	01 de janeiro a 31 de dezembro de 2015	<b>5.204.672,78</b>
Diferença		<b>2.132.687,01</b>

Da análise do quadro supra, constata-se que no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2015, estão assumidos compromissos no valor total de € 7.337.359,79, dos quais foram pagos compromissos no valor de € 5.204.672,78, pelo que o valor dos compromissos assumidos e não pagos no final do mesmo período atingiu € 2.132.687,01 sendo que € 1.330.248,53 correspondem a compromissos assumidos em anos anteriores e € 802.438,48 a compromissos assumidos no ano em análise de salientar que deste valor corresponde € 212.339,65 à Empresa - Águas do Centro Alentejo e € 103.442,47 à Empresa - Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Os compromissos assumidos no ano de 2015, foram superiores aos *fundos disponíveis* no montante de € -1.311.449,22. Tal situação, deve-se ao facto de o Município não gerar receitas próprias e apresentar uma estrutura produtiva débil e pouco diversificada, onde escasseia a iniciativa empresarial e se verifica uma excessiva terciarização e uma grande dependência do Município, em termos de emprego e rendimento familiar, verifica-se igualmente que as receitas da Administração Central oriundas das Transferências do Orçamento de Estado possuem uma representatividade significativa, o que demonstra a forte dependência do Município face a estas receitas, comparativamente com a capacidade de gerar receitas próprias.

## II - 6 INDICADORES DE GESTÃO

### II – 6-1 Rácios

O ano de 2015 evidencia algumas alterações em termos de estrutura da receita, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro n.º 18 – Rácios de Estrutura da Receita

Rácios de Estrutura da Receita									
Indicadores de Gestão		2013		2014		2015			
1	Receita Própria	1.045.485,31	16,56%	Receita Própria	999.366,48	19,16%	Receita Própria	1.157.563,00	21,72%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
2	Receita Interna	1.146.219,32	18,15%	Receita Interna	1.003.961,59	19,25%	Receita Interna	1.154.385,00	21,66%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
3	Impostos Diretos	424.003,60	6,71%	Impostos Diretos	313.950,12	6,02%	Impostos Diretos	411.701,69	7,72%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
4	Fundos Municipais	3.757.449,70	59,50%	Fundos Municipais	3.155.895,93	60,50%	Fundos Municipais	3.422.645,50	64,22%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
5	Passivos Financ.	704.858,77	11,16%	Passivos Financ.	469.905,85	9,01%	Passivos Financ.	0,00	0,00%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
6	Fundos Comunit.	28.848,62	0,46%	Fundos Comunit.	4.595,11	0,09%	Fundos Comunit.	3.178,00	0,06%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
7	Venda de Bens e Serviços Correntes	279.266,30	4,42%	Venda de Bens e Serviços Correntes	339.236,70	6,50%	Venda de Bens e Serviços Correntes	523.359,12	9,82%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
8	Venda de Bens de Investimento	53.071,29	0,84%	Venda de Bens de Investimento	47.600,54	0,91%	Venda de Bens de Investimento	11.400,00	0,21%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	

**Indicador 1** – A receita própria que consiste no somatório dos Impostos Indiretos com as Taxas, Multas e Outras Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2015, ano em que

representou cerca de 21,72% da receita total. Em 2014 esta receita teve um peso de 19,16% na receita global.

**Indicador 2** - A receita interna, calcula-se através da seguinte fórmula: Receita Total - Passivos Financeiros - (Transferências Correntes - Transferências de Fundos Comunitários Correntes) - (Transferências de Capital - Transferências de Fundos Comunitários de Capital) e em termos absolutos constata-se que no ano de 2015 o seu peso foi ligeiramente superior relativamente a 2014 de 19,25% para 21,66%.

**Indicador 3** - No exercício de 2015, os Impostos Diretos foram ligeiramente mais representativos no cômputo da receita total do que em 2014, representando cerca de 7,72%. Em 2014 esta receita representou cerca de 6,02% do total da receita. Ainda assim, os impostos Diretos continuam a assumir pouca relevância na estrutura das receitas.

**Indicador 4** - Em 2015 os Fundos Municipais oriundos do Orçamento de Estado, representam 64,22% do total da receita arrecadada.

**Indicador 5** - Relativamente às três gerências em análise, verifica-se que os Passivos Financeiros, têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2013, representando cerca de 11,16%.

**Indicador 6** - O ano de 2015, comparativamente às duas gerências anteriores foi aquele em que a receita arrecadada a título de Fundos Comunitários, teve menor peso no total da receita, 0,06%.

**Indicador 7** - Em 2015 a Venda de Bens e Prestação de Serviços, representou cerca de 9,82% da receita total, contra 6,50% e 4,42% dos anos de 2014 e 2013, respetivamente.

**Indicador 8** - A Venda de Bens de Investimento, teve pouco significado no total da receita recebida, com um peso apenas de 0,21%.

Os quadros identificados em baixo evidenciam os rácios de estrutura da Despesa



Quadro n.º 19 – Rácios de Estrutura da despesa

Rácios de Estrutura da Despesa									
Indicadores de Gestão		2013		2014		2015			
1	Receita Total	6.314.850,93	98,76%	Receita Total	5.216.331,46	103,98%	Receita Total	5.329.835,13	102,40%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
2	Despesa Corrente	5.494.539,71	85,93%	Despesa Corrente	4.589.104,72	91,48%	Despesa Corrente	4.744.526,42	91,16%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
3	Desp. com Pessoal	2.737.282,90	42,81%	Desp. com Pessoal	3.028.574,39	60,37%	Desp. com Pessoal	2.882.246,47	55,38%
	Desp. Total	6.394.302,33		Desp. Total	5.016.501,10		Desp. Total	5.204.672,78	
4	Investimento	186.043,82	2,91%	Investimento	111.913,43	2,23%	Investimento	90.872,41	1,75%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
5	Fundos Municipais	3.757.449,70	58,76%	Fundos Municipais	3.155.895,93	62,91%	Fundos Municipais	3.422.645,50	65,76%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
6	Passivos Financ.	691.572,89	10,95%	Passivos Financ.	283.166,59	5,43%	Passivos Financ.	313.881,42	5,89%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
7	Passivos Financ.	691.572,89	10,82%	Passivos Financ.	283.166,59	5,64%	Passivos Financ.	313.881,42	6,03%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
8	Receita Corrente	4.701.934,02	73,53%	Receita Corrente	4.378.075,16	87,27%	Receita Corrente	4.887.992,63	93,92%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
9	Compr. Assumidos	8.692.785,76	135,95%	Compr. Assumidos	7.190.207,56	143,33%	Compr. Assumidos	7.337.359,79	140,98%
	Despesa Total	6.394.302,33		Despesa Total	5.016.501,10		Despesa Total	5.204.672,78	
10	Compr. Assumidos	8.692.785,76	137,66%	Compr. Assumidos	7.190.207,56	137,84%	Compr. Assumidos	7.337.359,79	137,67%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	

**Indicador 1** – Em 2015, o saldo da gerência foi positivo, apesar do saldo da gerência anterior se manter negativo, a receita total arrecadada em 2015 superou a despesa realizada.

**Indicador 2** – No ano de 2015 a despesa corrente representa 91,16% da despesa total.

**Indicador 3** – As despesas com o Pessoal, representam 55,38% da despesa total no ano de 2015, contra 60,37% e 42,81% dos anos de 2014 e 2013, respectivamente.

**Indicador 4** – Relativamente ao rácio do Investimento em relação à despesa total, o Investimento realizado corresponde no ano de 2015 a 1,75% do total da despesa, verifica-se que ao longo dos últimos três anos tem vindo a decrescer.

**Indicador 5** – Os Fundos Municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 83-C/2013 de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2015, representam 66,76% da despesa total realizada no ano de 2015.

**Indicador 6** – Em 2015 os Passivos Financeiros, despesa referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representou cerca de 6,03% da receita total, contra 6,64% e 10,82% dos anos de 2014 e 2013.

**Indicador 7** – Em 2015 os Passivos Financeiros, ou seja as amortizações de capital relativas aos empréstimos contratados, representam cerca de 6,03% da despesa total.

**Indicador 8** – À semelhança dos anos de 2014 e 2013, a receita corrente em 2015 mantém uma expressão significativa relativamente à despesa total absorvendo cerca de 93,92%.

**Indicador 9** – Os compromissos assumidos, para o exercício de 2015, relativamente à despesa total realizada em 2015, têm um peso de 140,98%.

**Indicador 10** – No que respeita à receita total na gerência de 2015, os compromissos assumidos têm um peso de 137,67%.

Quadro n.º 20 – Rácios Indicadores de endividamento

Rácios de Indicadores de Endividamento									
Indicadores de Gestão		2013		2014			2015		
1	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	21,50%	Amortização Emp. +Juros Emp.	429.016,37	13,59%	Amortização Emp. +Juros Emp.	461.274,12	13,03%
	FEF+FSM+PFIRS	3.757.449,70		FEF+FSM+PFIRS	3.155.895,93		FEF+FSM+PFIRS	3.539.814,50	
2	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,79%	Amortização Emp. +Juros Emp.	429.016,37	8,22%	Amortização Emp. +Juros Emp.	461.274,12	8,65%
	Receita Total	6.314.850,93		Receita Total	5.216.331,46		Receita Total	5.329.835,13	
3	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,63%	Amortização Emp. +Juros Emp.	429.016,37	8,55%	Amortização Emp. +Juros Emp.	461.274,12	8,86%
	Desp. Total	6.394.302,33		Desp. Total	5.016.501,10		Desp. Total	5.204.672,78	

**Indicador 1** – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2015 representa 13,03% da receita proveniente dos Fundos Municipais e Participação Fixa no IRS.

**Indicador 2** – Relativamente à receita total, no ano de 2015 o Serviço da Dívida absorve cerca de 8,65% da mesma.

**Indicador 3** – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2015 representa 8,86% da despesa total, contra 8,55% em 2014 e 12,63% em 2013.

### III – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR), onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades achadas relevantes.

Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações,

planeados para as *Funções Gerais*, *Funções Sociais*, *Funções Económicas* e *Outras Funções* no ano de 2015, interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano.

O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2015, uma dotação total definida no montante de € 2.834.221,00, tendo sido executada 31,78%, ou seja € 900.495,27, comparativamente ao ano financeiro de 2014, registou-se um acréscimo na execução de 18,48%% (+€ 140.457,46).

No ano de 2015, a execução das AMR – Atividades Mais Relevantes, em termos globais atingiu 35,35% da despesa inicialmente prevista, sendo que as *Funções Gerais*, apresentaram uma execução de 54,70%, as *Funções Sociais* 60,68%, as *Funções Económicas* 72,81% e as *Outras Funções* 31,66%.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em AMR e PPI para 2015, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo para 2015

Quadro n.º 21 - Atividades Mais Relevantes - Execução Anual

FUNÇÃO	2015			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2015
<b>Funções Gerais</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Proteção Civil e luta contra incêndios	63.995,00	35.000,00	28.995,00	54,69%
<b>Sub Total</b>	<b>63.995,00</b>	<b>35.000,00</b>	<b>28.995,00</b>	<b>54,69%</b>
<b>Funções Sociais</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Serviços Auxiliares de Ensino	33.000,00	17.407,18	15.592,82	52,75%
Acção Social	35.980,00	2.806,04	33.173,96	7,80%
Cultura	82.175,00	75.142,53	7.032,47	91,44%
Desporto, Recreio e Lazer	6.000,00		6.000,00	0,00%
<b>Sub Total</b>	<b>157.155,00</b>	<b>95.355,75</b>	<b>61.799,25</b>	<b>60,68%</b>
<b>Funções Económicas</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Transportes Rodoviários	11.000,00	7.774,24	3.225,76	70,67%
Mercados e Feiras	27.980,00	20.604,79	7.375,21	73,64%
Outras Funções Económicas				
<b>Sub Total</b>	<b>38.980,00</b>	<b>28.379,03</b>	<b>10.600,97</b>	<b>72,80%</b>
<b>Outras Funções</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Operações da Dívida Autárquica	1.546.326,00	461.338,12	1.084.987,88	29,83%
Transferências entre Administrações	218.525,00	70.453,11	148.071,89	32,24%
Diversas não Especificadas	41.788,00	40.076,24	1.711,76	95,90%
<b>Sub Total</b>	<b>1.806.639,00</b>	<b>571.867,47</b>	<b>1.234.771,53</b>	<b>31,65%</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.066.769,00</b>	<b>730.602,25</b>	<b>1.336.166,75</b>	<b>35,35%</b>

No que concerne ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a gerência de 2015, obteve uma execução de 22,14%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais*, apresentam uma execução de 27,13%, as *Funções Sociais* 20,75% e as *Funções Económicas* 22,99%.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, ficou a dever-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à sua não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos, que naturalmente, obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

Quadro n.º 22 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	2015			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2015
<b>Funções Gerais</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Administração Geral	121.300,00	32.907,89	88.392,11	27,13%
<b>Sub Total</b>	<b>121.300,00</b>	<b>32.907,89</b>	<b>88.392,11</b>	<b>27,13%</b>
<b>Funções Sociais</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Ensino Pré Escolar	30.800,00	9.675,20	21.124,80	31,41%
Ensino Básico	52.300,00	5.464,39	46.835,61	10,45%
Ação Social	13.100,00	2.068,05	11.031,95	15,79%
Habituação	23.000,00	1.005,09	21.994,91	4,37%
Ordenamento do Território	10.000,00	86,54	9.913,46	0,87%
Saneamento	26.000,00	1.638,98	24.361,02	6,30%
Abastecimento de água	62.700,00	15.692,28	47.007,72	25,03%
Resíduos sólidos	53.750,00	8.341,61	45.408,39	15,52%
Proteção do Amb. e conserv. Natureza	176.900,00	41.679,96	135.220,04	23,56%
Cultura	25.800,00	10.006,93	15.793,07	38,79%
Desporto, Recreio e Lazer	39.800,00	10.984,77	28.815,23	27,60%
<b>Sub Total</b>	<b>514.150,00</b>	<b>106.643,80</b>	<b>407.506,20</b>	<b>20,74%</b>
<b>Funções Económicas</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	12.900,00	3.816,45	9.083,55	29,58%
Industria e Energia				
Transportes Rodoviários	96.000,00	22.630,46	73.369,54	23,57%
Comércio e Turismo	21.402,00	3.894,42	17.507,58	18,20%
Outras Funções Económicas	1.700,00			
<b>Sub Total</b>	<b>132.002,00</b>	<b>30.341,33</b>	<b>101.660,67</b>	<b>22,99%</b>
<b>Outras Funções</b>				
<b>Objetivos:</b>				
Diversas não Especificadas				
<b>Sub Total</b>				
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>767.452,00</b>	<b>169.893,02</b>	<b>597.558,98</b>	<b>22,14%</b>

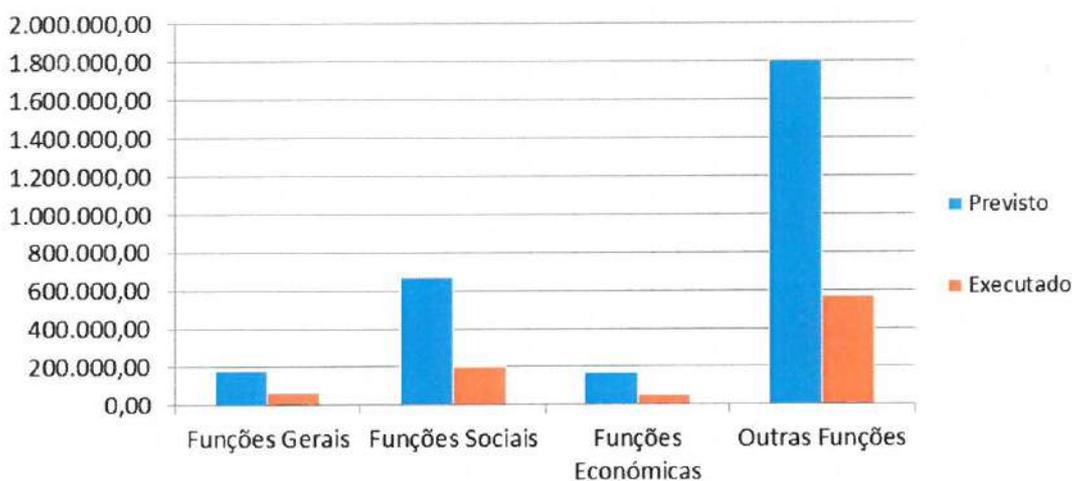
43

Os gráficos que se seguem demonstram:

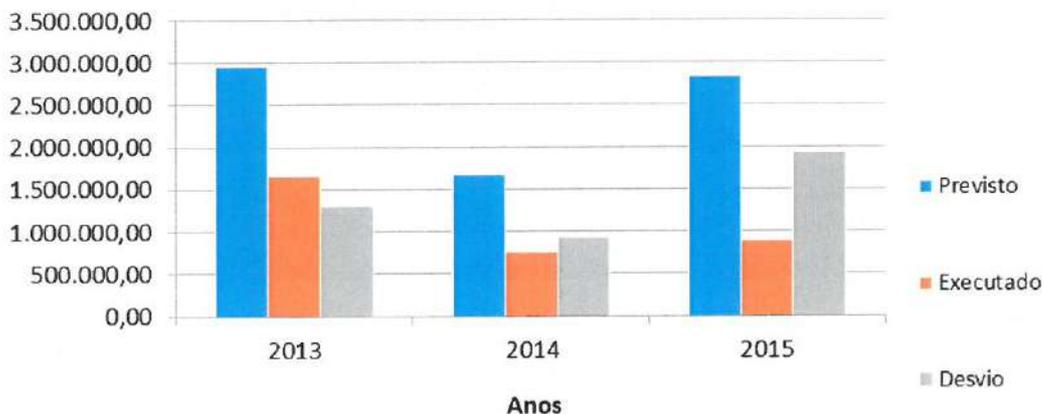
Gráfico n.º 19: Valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2015.

Gráfico n.º 20: Evolução dos valores previstos e executados nas GOP – Grandes Opções do Plano, ao longo dos últimos três anos.

**Gráfico n.º 19 - Grandes Opções do Plano por Funções**



**Gráfico n.º 20 Execução das Grandes Opções do Plano**



*[Assinaturas manuscritas]*

De salientar que ao nível funcional são os Objetivos, "Diversas não Especificadas", "Proteção do Ambiente e Conservação da Natureza", "Operações da Dívida Autárquica", "Cultura", "Mercados e Feiras", "Serviços Gerais da Administração Pública", "Transferências entre Administrações", "Segurança e Ação Social", "Educação", "Turismo", "Desporto, Recreio e Lazer", "Saneamento" e "Agricultura, Pecuária e Silvicultura", que por ordem decrescente, apresentaram um acréscimo de 23,63%, comparativamente a 2014. Contrariamente verificou-se um decréscimo de 5,15 % na execução dos objetivos: "Transportes Rodoviários", "Abastecimento de Água", "Resíduos Sólidos", "Habitação" e "ordenamento do Território". Relativamente às rubricas, "Industria e Energia" e "Outras Funções Económicas", as mesmas não apresentaram execução nos últimos três anos.

### **Funções Gerais**

*Aquisição de equipamento:* Foi adquirido Software informático e Equipamento informático para a "Divisão Administrativa e Financeira" e para o "Órgão Executivo", num total de € 3.856,05, procedeu-se ao pagamento do Equipamento Informático no âmbito do projeto SAMA III – Modernização do Alentejo Central. Relativamente ao equipamento básico, foram contemplados a "Divisão Administrativa e Financeira", "Oficinas do Município", "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas" e "Casão da Rua D. Manuel I" num total de € 6.276,05. Relativamente ao Equipamento Administrativo, foi a "Divisão Administrativa e Financeira" a contemplada com um total de € 111,03. No que concerne à aquisição de Ferramentas e Utensílios, tiveram como destino, as "Oficinas do Município" e o "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas".

*Investimento:* Foram efetuadas pequenas reparações de conservação no Casão (Parque de Máquinas e Viaturas) e Edifício Paços do Concelho, foram reparadas algumas viaturas afetas ao Órgão Executivo.

*Apoios Financeiros:* À AHBVM (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão) para cobrir as despesas ao abrigo do "Protocolo para enquadramento de pessoal, destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente no valor de € 35.000,00 e € 10.000,00 para despesas de Investimento, nomeadamente a aquisição de uma ambulância.

## Funções Sociais

*Aquisição de equipamento:* Adquiriu-se equipamento básico, para o "Refeitório do Jardim de Infância de Mourão", "Jardim de Infância de Mourão", "Escola do 1.º Ciclo de Mourão", "Refeitório da Escola do 1.º Ciclo de Granja", "Escola do 1.º Ciclo da Luz", Gabinete da "Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJ", "Serviço de Águas e Saneamento", "Parque junto à Ermida de S. Bento", "Parque da Barrusca", "Biblioteca", "Espaço Internet", "Campo de Futebol de Mourão", "Piscinas Cobertas", "Piscinas Descobertas", "Pavilhão Gimnodesportivo de Mourão" e "Pavilhão Gimnodesportivo da Luz" num total de € 34.100,22, adquiriu-se também equipamento informático para o Gabinete de Ação Social, Biblioteca e Espaço Internet e Contentores de Resíduos Sólidos para as Freguesias do Concelho no valor de € 5.520,24.

*Apoios financeiros:* Relativamente aos "Serviços Auxiliares de Ensino", deu-se continuidade ao objetivo traçado pelo executivo, que visa fundamentalmente o apoio às crianças das diversas escolas do Concelho, nomeadamente, aquisição de bens de consumo alimentar, para as refeições das crianças que frequentam os Jardins de Infância do Concelho e comparticipação no custo das refeições e aquisição de livros e material escolar, aos alunos subsidiários que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo. Considerando, que segundo o Decreto-Lei 299/84 de 05 de Setembro é da competência da Autarquia garantir o serviço de transporte dos alunos que frequentam o Ensino Básico e Secundário, entre o local da residência e o local do estabelecimento de ensino, quando residam a mais de 3 ou 4 Km das Escolas, respetivamente com ou sem refeitório. O Município tem garantido o mesmo com viaturas próprias, e com a participação no pagamento dos passes escolares, à Rodoviária do Alentejo. Assumiu também os transportes dos alunos às Piscinas Municipais e em visitas de estudo.

Devido às restrições impostas pelo PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, o Município foi obrigado a limitar os apoios financeiros concedidos às diversas Associações sediadas no Concelho, nomeadamente aquelas que desenvolviam atividade de caráter social, cultural e desportiva.

Foram também suportados pelo Município os encargos inerentes ao programa "Proteção de Crianças e Jovens em Risco".

*Investimento realizado:* Foram efetuadas pequenas reparações no "Jardim de Infância de Mourão", "Escolas do 1.º Ciclo de Mourão, Granja e Luz", "Refeitório da Escola de 1.º Ciclo de Granja", foi reparado o Prédio Urbano, sito na Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão, n.º 8 em Mourão com destino a habitação e Prédio

Urbano sito na Rua Dr. Libânio Esquível. Procederam-se a reparações na "Rede de Esgotos", "Rede de Distribuição de Água", sofreram também pequenas reparações os seguintes imóveis: "Cemitério Municipal", "Cine - Teatro Mouranense" Galeria Municipal", "Biblioteca Municipal", "Piscinas Municipais", "Pavilhão Gimnodesportivo de Mourão" "Campo de Futebol de Mourão" e "Castelo de Mourão. Relativamente aos Parques e Jardins, foi beneficiado o "Parque da Mata de S. Bento", foram reparadas algumas viaturas afetas aos seguintes serviços: "Resíduos Sólidos", "Desporto, Recreio e Lazer", "Esgotos", "Abastecimento de Água" e "Rede Viária".

*Eventos a cargo do Município:* Na área da "Cultura", continua o Município a suportar em parceria com a Juntas de Freguesia de Mourão, Granja e Luz, os encargos inerentes á realização das Festas em honra de Nossa Senhora das Candeias, S. Brás e S. Sebastião na Freguesia de Granja e Nossa Senhora da Luz na Freguesia de Luz. Foram suportados pelo município os encargos com eventos realizados na época de Verão, nomeadamente a Festa de S. Sebastião que se realiza em agosto, conta também com o apoio do Município a realização do evento "Santas Cruzes", apoio esse que consta na aquisição de flores, houve a contribuição de parte dos encargos com a realização dos eventos " VI Fim-de-Semana da Juventude" e "Semana Cultural" nas freguesias de Mourão e Luz, organizados pelas Associações Juvenis sediadas no Concelho, foram também suportados pelo Município os encargos inerentes às atividades desenvolvidas pelo Gabinete da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - CPCJ

### **Funções económicas**

*Aquisição de equipamento:* Adquiriu-se equipamento básico, para construção e conservação de arruamentos, caminhos e Vias, Equipamento Informático para o Posto de Turismo de Mourão e Sinalização de informação turística para as três freguesias do Concelho.

*Investimento realizado:* Na área da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca", procedeu-se a várias reparações em Caminhos Agrícolas, nomeadamente no Caminho Agrícola do "Cajado", Bejoim" e "Borracha. Relativamente ao Objetivo "Transportes Rodoviários" procedeu-se ao calcetamento e pavimento de vários arruamentos na Freguesia de Mourão e Granja. Na área do "Arranjo Paisagístico", conclui-se a obra na "Rotunda Este", localizada na EN 256, ao abrigo do Protocolo estabelecido com a EP-Estradas de Portugal e foram reparadas algumas viaturas afetas aos vários serviços de atividade económica.

*Eventos a cargo do Município:* Realização da Feira Anual, designada "Feira dos Sabores e Saberes da Raia", que á semelhança de 2014 contou com uma nova localização, tendo como objetivo dar um novo impulso à economia local divulgando os produtos das Empresas sediadas no Concelho, acolheu cerca de 50 expositores dos vários setores económicos e contou com várias atividades, tais como: Colóquios, Demonstração Cinotécnica, Passagem de Modelos, Concurso de Pesca, Teatro e atuação de Grupos musicais. Contribuiu também o Município na realização do evento, "Certame das Flores e Sabores", organizado pela Junta de Freguesia de Luz.

### **Outras Funções**

*Operações da Dívida Autárquica:* Relativamente a este Objetivo, verificou-se que o somatório dos Juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo, ascenderam a € 147.392,70, as Amortizações a € 313.881,42 e Outros Encargos a € 64,00, sendo repartidos pelas seguintes Instituições Bancárias: Na CGD-Caixa Geral de Depósitos os Juros corresponderam a € 7.077,76, as Amortizações a € 170.025,41 e Outros Encargos a € 64,00, no BPI-Banco Português de Investimento os Juros ascenderam a € 101.405,29, e as Amortizações a € 60.000,00, no entanto não conseguiu o Município amortizar o valor correspondente ao fixado no contrato, pelo segundo ano consecutivo foi efetuada uma alteração à forma de reembolso de capital contratualmente previsto. Tendo o Município recorrido ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, encontrando-se a aguardar a decisão final por parte da Comissão Executiva, com a respetiva aprovação estará o Município em condições de recorrer ao empréstimo de Médio e Longo Prazo a financiar pelo Estado Português, sendo então regularizada a situação de incumprimento no valor de € 1.190.718,15 perante o Banco BPI – Banco português de Investimento. Relativamente ao NOVO BANCO as Amortizações somaram o valor de € 28.856,00, os Juros são suportados pela Direção Geral do Tesouro, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 345/97 de 5 de dezembro. Ao abrigo do PAEL – Plano de Apoio à Economia Local, foi pago à Direção Geral do Tesouro a importância de € 93.909,85, sendo € 38.909,65 correspondente a Juros e € 55.000,01 correspondente à amortização.

*Transferências entre Administrações:* Foi transferida a importância de € 6.350,00 para a "Associação Transfronteira dos Municípios das Terras do Grande Lago de Alqueva", valor correspondente à contribuição anual de 2014 e 2015. O valor de € 36.413,51, correspondeu á transferência efetuada para a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, relativo ao ano de 2012, ao abrigo dos projetos

"Partilha de Serviço CTD", "HSST", "Controlo de Qualidade da Água", "Diversos – Correntes" e "Diversos – Capital", relativamente ao ano de 2012, foi pago também o valor de € 16.852,00 correspondente à contribuição anual. Foram pagos ainda em 2015 á CIMAC os projetos "OTALEX – Observatório Territorial e Ambiental do Alentejo e Estremadura" e "SAMA III – Modernização do Alentejo Central", no valor de € 8.543,45.

*Eventos a cargo do Município:* Comemoração do Dia Mundial da 3.ª Idade, no dia 25 de Outubro e comemoração do dia 25 de Abril, onde a Junta de Freguesia de Mourão também é parceira.

*Contribuição do Município no Capital do FAM* – A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal RJRFM), tendo ainda regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM). O capital social do FAM é representado por unidades de participação a subscrever e realizar pelo Estado e pelos municípios (art.º 17.º, n.º 1, do RJRFM).

De acordo com o previsto no n.º 1 do art.º 19.º a realização de capital será efetuada em 7 anos, com início em 2015, em duas prestações anuais a realizar nos meses de junho e dezembro. Sendo o Capital Social subscrito pelo Município de Mourão de € 262.415,99, correspondendo à realização anual o valor de € 37.488,00.

Tal como se poderá depreender do que atrás foi explanado, o presente relatório não procura de forma alguma exaltar apenas o trabalho feito, esquecendo ou ocultando as nossas fragilidades e insuficiências, que existem de facto aos vários níveis e devem ser expostas com toda a clareza.

Não nos foi possível alcançar o cumprimento das diversas atividades planificadas, em virtude, de ao longo destes últimos anos, ser cada vez mais o n.º de municípios que recorrem ao Município, por necessidades de apoio social, com diversas problemáticas associadas, exigindo a sua intervenção.

A atividade de um Município tem aspetos muito particulares, bens distintos da atividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objetivo final da maximização do lucro, boa parte da atividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens e serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos municípios e desta forma para o aumento do bem estar público.

## IV – ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Quadro n.º 23 - Balanço

	2013	2014	2015
<b>ATIVO</b>			
Imobilizado:			
Bens do domínio público	16.814.388,85	15.320.018,19	13.932.156,65
Imobilizações incorpóreas	15.780,12	15.780,12	15.780,12
Imobilizações corpóreas	7.211.897,40	7.106.956,83	6.939.233,47
Investimentos financeiros	99.750,01	327.166,00	327.166,00
Circulante:			
Existências	16.940,74	9.546,36	10.992,49
Dívidas de terceiros:			
Contribuintes	0,01	5,94	6,79
Utentes, c/c	31.828,24	100.142,09	34.705,56
Clientes, cont. e utentes cobrança duvidosa	15.321,35	4.106,51	93.540,83
Estado e outros entes públicos	16.710,59	22.877,99	22.615,34
Outros devedores	0,71	0,00	0,00
Depósitos Instituições Financeiras e Caixa:			
Depósitos em instituições financeiras e caixa	37.881,52	55.138,33	138.774,65
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	15.990,44	112.994,75	67.309,70
Custos Diferidos	10.816,65	10.816,65	10.816,65
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24.287.316,63</b>	<b>23.085.549,76</b>	<b>21.593.098,25</b>
Fundos Próprios:			
Património	28.325.117,54	28.325.117,54	28.325.117,54
Reservas	666.883,47	666.883,47	666.883,47
Resultados transitados	-16.477.315,40	-17.491.555,32	-18.823.938,99
Resultado líquido do exercício	-1.009.966,43	-1.476.511,56	-985.960,57
<b>PASSIVO</b>			
Dividas a terceiros de médio e longo prazo:			
Empréstimos de m/l prazo	7.316.462,80	6.033.116,55	7.189.320,64
Dividas a terceiros de curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	0,00	1.470.085,51	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de c/c	1.281.015,43	1.522.628,00	1.595.685,84
Fornecedores - Faturas em receção e conf.	140,36	416,38	7.274,17
Fornecedores de imobilizado	75.400,67	32.974,75	1.565,24
Estado e outros entes públicos	884.266,88	500.136,07	314.822,47
Administração Autárquica	168.001,88	141.556,71	134.377,71
Outros credores	101.664,83	306.604,59	245.555,41
Garantias e Cauções	10.921,03	10.921,03	5.639,97
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	80.060,63	389.598,58	455.829,98
Proveitos Diferidos	2.864.662,94	2.653.577,46	2.460.925,37
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.782.597,45</b>	<b>13.061.615,63</b>	<b>12.419.970,52</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>24.287.316,63</b>	<b>23.085.549,76</b>	<b>21.593.098,25</b>

#### IV – 1 - ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2015 o Município de Mourão apresenta um ativo de € 21.593.098,25. O Ativo teve um decréscimo de 11,09% (€ 2.694.218,38) em relação ao ano de 2013 e 6,46% (€1.492.451,51), em relação ao ano de 2014.

O decréscimo do Ativo face ao ano de 2014 é justificado pela diminuição de algumas rubricas, nomeadamente "Utentes", 65,34% (€ 65.436,53), "acrécimo de proveitos", 40,43% (€ 45.685,05€), e "Bens de Domínio Público" 9,06% (€ 1.387.861,54).

Quanto à estrutura do Ativo, o Ativo Fixo tem o maior peso, 98,25% (€ 21.214.336,24), seguindo-se o Ativo Circulante 1,39% (€300.635,66), e os Acréscimos e Diferimentos 0,36% (€ 78.126,35).

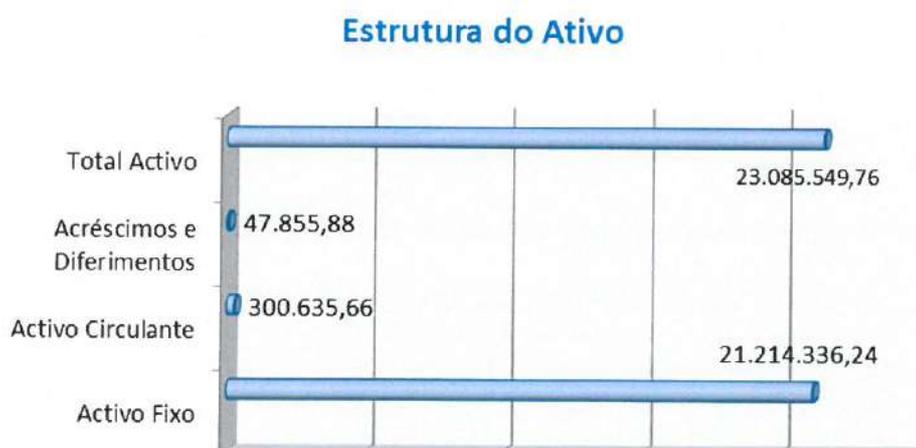


Gráfico n.º 21

#### IV - 1-1 - Ativo Fixo

Ao analisarmos o gráfico seguinte, verificamos que o ativo fixo no ano de 2015, comparativamente com o ano anteriores decresceu 12,13% (€2.927.480,14) face a 2013 e 6,83% (€ 1555.584,90) face a 2014.



Gráfico n.º 22

Quanto à estrutura do Ativo Fixo, a rubrica com maior peso são os “Bens de Domínio Público” que representam 65,67% (€13.932.156,65), seguindo-se as “Imobilizações Corpóreas” com 32,71% (€ 6.939.233,47), os “Investimentos Financeiros” com 1,54% (€ 327.166,00) e as “Imobilizações Incorpóreas” que detêm 0,07% (€ 15.780,12).



Gráfico n.º 23

#### IV- 1-2 - Ativo Circulante

O montante do Ativo Circulante é de €300.635,66, registou um aumento durante o exercício de 2015 no valor de €108.818,44 (56,73%) face ao ano de 2014.

Este acréscimo deve-se às dívidas de terceiros de curto prazo, que registou um acréscimo de €150.868,52%, designadamente a rubrica “utentes c/c” e a rubrica “estado e outros entes públicos” devido ao montante de IVA a recuperar.

Quanto à sua estrutura, o maior peso é as “Dividas de Terceiros de Curto Prazo”, com 50,18% (€150.868,52), seguem-se as rubricas de “disponibilidades” e “existências” que representam 46,16% (€138.774,65) e 3,66% (€10.992,49) respetivamente.



**Gráfico n.º 24**

#### IV – 2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A 31 de Dezembro de 2015 o Município de Mourão apresenta o montante de € 9.173.127,73 de Fundos próprios e € 12.419.970,52 de Passivo.

##### III - 2-1 - Fundos Próprios

No final do ano económico de 2015, os Fundos próprios totalizaram a importância de €9.173.127,73 o que corresponde a uma diminuição de 8,49% (€850.806,40) face ao ano anterior.

Esta variação negativa é justificada pelo valor negativo dos resultados transitados de €18.823.938,99, decorrente de regularizações relacionadas com exercícios anteriores que afetam negativamente os Fundos Próprios, e pelo Resultado Líquido do Exercício também negativo, que registou um decréscimo bastante acentuado comparativamente ao exercício de 2014, no valor de €-994.934,29.

*(Handwritten signatures and marks)*

#### IV-2-2 - Passivo

O Passivo totalizou à data de 31 de Dezembro de 2015 o montante de € 12.410.996,80 registando um decréscimo de 2,91% (€371.600,65) face a 2013 e 4,98% (€ 650.618,83) face a 2014.

#### Evolução do Passivo

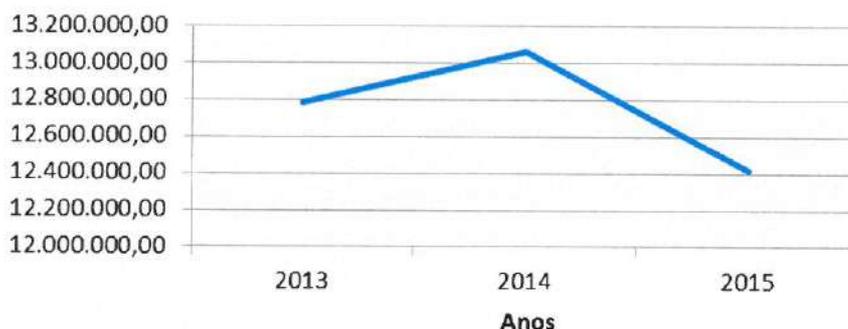


Gráfico n.º 25

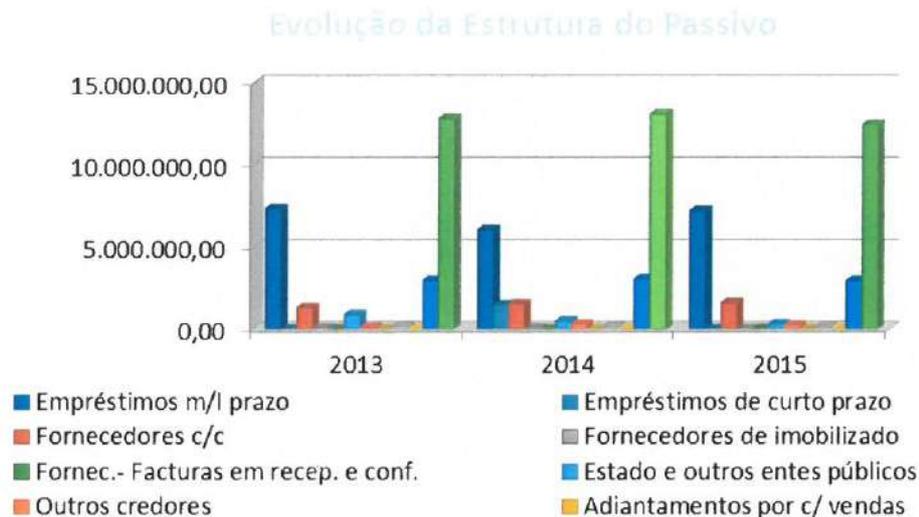
Quanto à estrutura do Passivo, os “Empréstimos de M/L Prazo” representam 57,93% (€7.189.320,64), devido ao empréstimo de saneamento financeiro, e à contração do empréstimo PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, seguindo-se os “Acréscimos e Diferimentos”, 23,50% (€2.916.755,35), os “Fornecedores c/c”, 12,86% (€1.595.685,84), “Estado e Outros Entes Públicos”, 2,54% (€314.822,47), “Outros Credores” representa 1,98% (€245.555,41), Administração Autárquica”, 1,08% (€134.377,71), as “Garantias e Cauções” representam 0,05% (€5.639,97), e por último “Fornecedores de Imobilizado” com um peso de 0,01% (€1.565,24).

#### Estrutura do Passivo



Gráfico n.º 26

*(Assinaturas manuscritas)*



**Gráfico n.º 27**

Analisando o gráfico n.º podemos verificar a evolução do Passivo ao longo dos últimos três anos.

Os empréstimos de m/l prazo registam um acréscimo de 19,16% face ao exercício de 2014, devido à reclassificação do montante a amortizar no ano de 2015 dos empréstimos de m/l prazo que estavam registados na rubrica de curto prazo e foram reclassificados segundo as instruções da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais.

Quanto aos empréstimos de curto prazo, o Município de Mourão não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo.

A rubrica “fornecedores c/c” apresenta um acréscimo face ao ano de 2014, de 4,80% (€73.057,84) devido ao montante em dívida às Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

Quanto à rubrica “fornecedores de imobilizado” sofreu um decréscimo significativo face a 2014, 95,25% (€31.409,51).

O Município de Mourão cumpriu a disposição contida no n.º1 do artigo 98.º da LOE/2015, foram reduzidos em mais de 10% o montante de pagamentos em atraso com mais de 90 dias registados em setembro/2014 na aplicação SIAL da DGAL.

A rubrica “Estado e outros entes públicos”, regista um decréscimo muito significativo de 37,05% (€185.313,60) face a 2014, justificado pelos pagamentos efetuados no decorrer do ano de 2015.

A rubrica “administração autárquica” ascende a €134.377,71, este montante é justificado pela dívida do Município à CIMAC, decorrente de vários projetos e algumas prestações de serviços, registou um decréscimo face ao exercício de 2014 de 5,07% (€7.179,00).

No que se refere à rubrica “outros credores” sofreu um decréscimo bastante acentuado comparativamente ao ano de 2014 de 19,91% (€61.049,18).

#### IV – 3-Demonstração dos Resultados

Quadro n.º 24 – Demonstração dos Resultados

	2013	2014	2015
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
CMVMC	443.101,13	229.321,39	193.418,53
Fornecedores e serviços externos	1.024.562,46	1.081.019,14	1.167.086,92
Remunerações	2.219.999,61	2.231.056,01	2.231.829,26
Encargos sociais	596.369,56	694.680,80	700.007,77
Transferências	479.568,47	174.304,90	168.550,97
Amortizações	2.092.459,99	1.868.566,35	1.807.624,06
Provisões do exercício	9.732,86	19.291,88	64.070,17
Custos e perdas financeiros	215.258,00	383.243,69	142.018,12
Custos e Perdas Extraordinários	199.183,07	147.748,70	294.754,57
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>7.280.235,15</b>	<b>6.829.232,860</b>	<b>6.769.360,37</b>
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-1.009.966,43	-1.476.511,56	-985.960,57
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Venda de produtos	95.403,23	133.429,69	161.436,34
Prestações de serviços	195.719,25	299.446,93	453.693,24
Impostos e taxas	450.745,18	315.208,50	465.781,06
Trabalhos para própria entidade	210.391,44	203.906,73	203.680,47
Transferências subsídios obtidos	4.484.391,25	3.848.937,43	4.031.301,45
Proveitos e ganhos financeiros	317.675,26	268.247,58	202.215,61
Proveitos extraordinários	515.943,11	283.544,44	265.291,63
<b>TOTAL DOS PROVEITOS</b>	<b>6.270.268,72</b>	<b>5.352.721,30</b>	<b>5.783.399,80</b>
Resultados operacionais	-1.429.143,73	-1.497.311,19	-1.016.695,12
Resultados financeiros	102.417,26	-114.996,11	60.197,49
Resultados correntes	-1.326.726,47	-1.612.307,30	-956.497,63
<b>RESULT. LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>-1.009.966,43</b>	<b>-1.476.511,56</b>	<b>-985.960,57</b>

O Município de Mourão apresenta um Resultado Líquido do exercício negativo de €-985.960,57, apresentando a seguinte tendência ao longo dos anos:

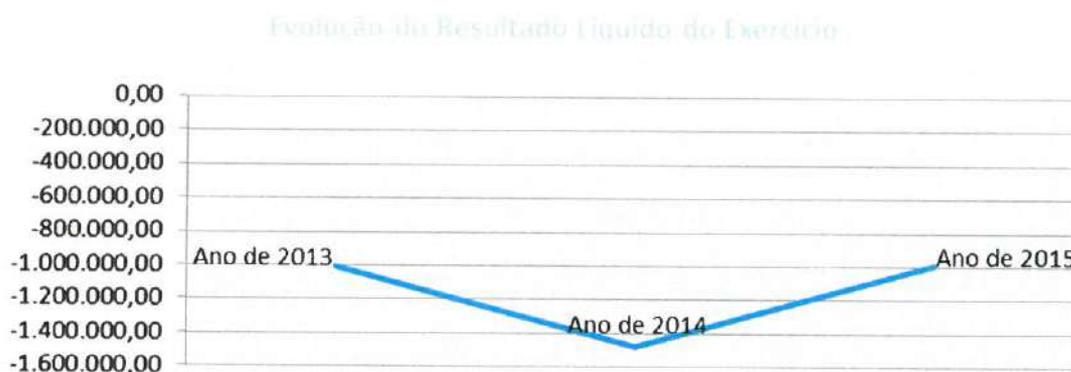


Gráfico n.º 28

#### IV – 3-1 – Custos

Os custos suportados no exercício de 2015 totalizaram € 6.769.360,37, o que representa um ligeiro decréscimo de 0,88% (€59.872,49) do valor dos custos do exercício de 2014, e um decréscimo de 7,02% (€510.874,78) dos custos referentes ao exercício de 2013.

À semelhança do ano transato, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município foram as “Remunerações” com um peso de 32,97% (€2.231.829,26) seguindo-se as “Amortizações” com o peso de 26,70% (€1.807.624,06).

Os “fornecimentos e serviços externos” assumem o terceiro lugar da rubrica mais representativa com um peso de 17,24% (€1.167.086,92), as restantes rubricas têm um peso muito pouco significativo, os “encargos sociais” 10,34% (€700.007,77), as “Transferências” 2,49% (€168.550,97) os “CMVMC” 2,86% (€193.418,53), os “custos e perdas financeiros” 2,10% (€142.018,12), os “custos e perdas extraordinários” 4,35% (€294.754,57), e as “provisões do exercício” muito pouco representativas com um peso de 0,95% (€64.070,17).

Os custos que apresentam um decréscimo em relação ao ano transato, “custos e perdas financeiros” que registou um decréscimo de 62,94% (€241.225,57) devido à queda das taxas de juro dos empréstimos bancários contraídos em anos anteriores. Seguem-se os “CMVMC”

que registam um decréscimo de 15,66% (€35.902,86) e as “transferências” que decresceram 3,30% (€5.753,93) devido à descida de transferências para as associações de municípios, instituições e famílias cujos beneficiários estão inscritos no IEPF e integram os projetos PAC/15, CEI+/15 e CEI/15. As “amortizações” também registaram um decréscimo de 3,26% (€60.942,29).

Os custos que apresentam um crescimento face ao ano anterior, são as “provisões do exercício” com um acréscimo de €44.778,29 devido à constituição de provisões para as cobranças duvidosas (ponto 2.7.1. do POCAL). Os “custos e perdas extraordinários” registaram um acréscimo de 99,50% (€147.005,87) devido ao abate de bens imóveis que foram reclassificados.

Os “fornecimentos e serviços externos” sofreram um acréscimo de 7,96% (€86.067,78) e os encargos sociais registam um crescimento de 0,77% face ao ano anterior.



Gráfico n.º 29

#### IV – 3-2 – Proveitos

Os Proveitos obtidos durante o ano de 2015 totalizaram € 5.783.399,80, sofreram um acréscimo de 8,05% (€430.678,50) comparativamente ao ano de 2014.

O acréscimo dos proveitos deve-se ao aumento significativo das rubricas de “vendas de produtos” e “prestações de serviços” registam ambas um crescimento significativo face ao ano de 2014, 20,99% (€28.006,65) e 51,51% (€154.246,31) respetivamente. O aumento significativo deve-se à fixação dos preços cobrados pelo Município referente à água,

saneamento e resíduos nos termos definidos nas recomendações da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Os “impostos e taxas” também registaram um crescimento de 47,77% (€150.572,56) devido ao aumento da receita dos impostos, designadamente o IMI- Imposto municipal sobre Imóveis e o IMT - Imposto municipal s/ transações onerosas de imoveis.

A rubrica “proveitos e ganhos financeiros” regista um decréscimo de 24,62% (€66.031,97), devido ao decréscimo da receita proveniente do protocolo da ANMP e a EDP por o Município de Mourão se encontrar na zona de influência da central hidroelétrica da barragem do Alqueva.

No que concerne à sua estrutura, as rubricas mais significativas são as “transferências” 69,70% (€ 4.031.301,45), os “impostos e taxas” 8,05% (€465.781,06), as “prestações de serviços” e “vendas de produtos” com o peso de 7,84% (€453.693,24) e 2,79% (€161.436,34) respetivamente.

Os “proveitos extraordinários” representam um peso de 4,59% (€265.291,63) e os “proveitos e ganhos financeiros” que representa 3,50% (€202.215,61), e os “trabalhos para própria entidade” com 3,52% (€203.680,47).

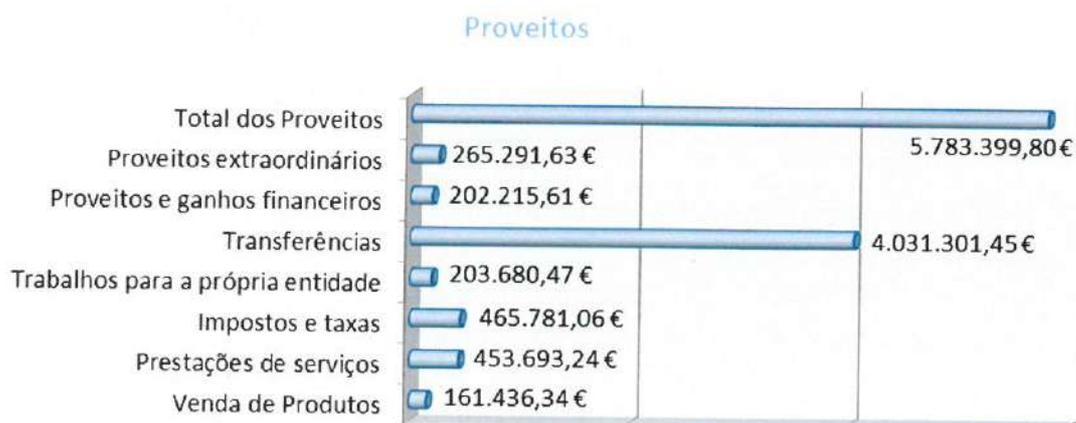


Gráfico n.º 30

## V – INDICADORES DE GESTÃO

<b>1. RÁCIOS DE LIQUIDEZ</b>		<b>2015</b>
<i>Liquidez Geral</i>	Ativo Circulante / Passivo Circulante	0,13
<i>Liquidez Reduzida</i>	Ativo Circulante – Existências / Passivo Circulante	0,13
<i>Liquidez Imediata</i>	Disponibilidades/Passivo Curto Prazo	0,06

<b>2. RÁCIOS DE SITUAÇÃO</b>		<b>2015</b>
<b>Taxa Cobertura p/ FM</b>	Fundo de Maneio / Existências	-182,33
<b>Taxa Cobert. Ativo Circulante FM</b>	Fundo de Maneio / Ativo Circulante	-6,66

<b>3. RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA</b>		<b>2015</b>
<i>Endividamento</i>	Passivo/ Ativo	0,57
<i>Endividamento a m/l prazo</i>	Passivo m/l prazo / Ativo	0,33

<b>4. RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E AUTONOMIA</b>		<b>2015</b>
<i>Autonomia Financeira</i>	Fundos Próprios / Ativo Líquido	0,42
<i>Solvabilidade</i>	Ativo / Passivo	1,74
<i>Capacidade Endividamento a m/l prazo</i>	Dividas a terceiros m/l prazo / Capitais permanentes	0,44

**1. Rácios de Liquidez**

Demonstram que apenas 13,04% dos nossos compromissos financeiros de curto prazo poderão ser satisfeitos, logo tendemos a pagar as nossas dívidas muito lentamente, o que fará aumentar o nosso Passivo de curto prazo. As nossas Disponibilidades permitem apenas satisfazer 6,02% das exigências do passivo de curto prazo.

As parcelas do Ativo Circulante mais líquidas (disponíveis e realizáveis) são insuficientes para cobrir as dívidas de curto prazo (liquidez reduzida=0,13).

**2. Rácios de Situação**

O Fundo Maneio Líquido é negativo (€-2.004.285,15), pois o Passivo de curto prazo é muito superior ao Ativo de curto prazo, o que origina o Fundo Maneio negativo provocando grandes dificuldades de liquidez.

As Taxas de Cobertura do Ativo Circulante e das Existências são ambas negativas, -182,33 e -6,66 respetivamente. Logo o Fundo de Maneio não cobre o valor do Ativo Circulante nem das Existências.

### 3. Rácios de Alavanca Financeira

O Endividamento do Município situa-se nos 57,52%, sendo 33,29% correspondente ao endividamento de médio e longo prazo.

### 4. Rácios de Solvabilidade e Autonomia

O rácio de autonomia financeira é de 0,42 que corresponde à parcela dos ativos que é financiada pelos capitais alheios.

O rácio de solvabilidade é de 1,74, é significativamente baixo, traduz-se em fragilidade económico-financeira, e com pouca capacidade de responder aos compromissos de médio longo prazo.

*A Presidente da Câmara Municipal de Mourão*

Dr.<sup>a</sup> Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara





## **RELATÓRIO ANUAL 2015**

### **EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO E ACOMPANHAMENTO DO PAEL**

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º  
43/2012)

**INDICE**

1	INTRODUÇÃO.....	2
2	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	3
2.1	BALANÇOS.....	3
2.2	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	6
2.2.1	PROVEITOS.....	8
2.2.2	CUSTOS.....	10
2.2.3	RESULTADOS.....	12
2.3	MAPA DE FLUXOS DE CAIXA.....	13
2.4	INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	15
2.5	INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO.....	16
3	CONCLUSÃO.....	19
4	ANEXO.....	21
4.1	SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO.....	21
4.2	MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO.....	22
4.3	EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA.....	23
4.4	PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP.....	24
4.5	CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO.....	25

## 1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 15 de Setembro de 2009 e 24 de Setembro do mesmo ano. O correspondente visto do Tribunal de Contas foi obtido a 26 de Novembro de 2009. De então para cá foram elaborados os correspondentes relatórios semestrais e anuais que justificaram sempre os desvios desfavoráveis verificados face aos objectivos previstos no PSF. Devido, principalmente, à redução sistemática das transferências anuais do Estado e à diminuição das receitas próprias (receitas que estão já ao nível do ano de 2004) o Município, impedido de recorrer a outras formas de financiamento de médio e longo prazo, viu-se compelido a aderir ao PAEL (Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto) para pagamento das dívidas comerciais arrastadas à mais de 90 dias, tendo sido obtido o respectivo visto do Tribunal de Contas a 25/10/2013 ao valor de 1.174.764,62 Euros contra o que tinha sido inicialmente apresentado de 1.458.119 Euros.

Assim, na sequência do financiamento do PAEL (e das medidas exigidas para o seu acesso) foram ajustadas as projecções económico-financeiras do Plano de Saneamento Financeiro (PSF). Isto é, **o PAEL está enquadrado e passou a fazer parte do plano de saneamento financeiro**. Saliente-se que as projecções económico-financeiras ajustadas (por força de aprovação do PAEL) foram elaboradas a preços constantes (sem considerar o efeito da inflação).

Como está previsto nas disposições transitórias do n.º 86 da nova Lei das Finanças Locais (Lei n.º 73/2013) que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2014, continua a aplicar-se aos contratos de saneamento existentes a Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro e o Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012 de 19 de Junho.

O presente relatório, que acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2015, pretende dar **cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007** ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Mourão. Por outro lado, como o **PSF teve que incluir as medidas exigidas no plano de ajustamento financeiro do PAEL** o presente relatório, também, **dá cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 do PAEL**.



## 2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa e os indicadores económicos, financeiros e ainda de endividamento do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

### 2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa “fotografia” da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2015 face ao Balanço do PSF na mesma data.



Mapa 1  
BALANÇOS

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% Desvio	Previsão PSF 2014	Real 2014	% Desvio	Previsão PSF 2015	Real 2015	% Desvio
<b>ACTIVO</b>										
Imobilizado Bruto	45 162 352	46 095 716	45 263 248	-2	46 965 743	45 746 037	-3	47 377 904	45 926 985	-3
Bens de domínio público	32 654 256	32 511 576	34 580 516	6	32 511 576	34 707 697	7	32 511 576	34 877 572	7
Imobilizações Incorpóreas	15 780	15 780	15 780	0	15 780	15 780	0	15 780	15 780	0
Imobilizações Corpóreas	10 380 278	11 508 235	10 469 035	-9	12 378 263	10 588 619	-14	12 790 423	10 433 937	-18
Investimentos financeiros	99 750	99 750	99 750	0	99 750	327 166	228	99 750	327 166	228
Imobilizado em Curso	2 012 288	1 960 375	98 168	-95	1 960 375	106 776	-95	1 960 375	272 529	-86
Amortizações Acumuladas	19 084 242	21 097 302	21 121 432	0	22 999 514	22 976 116	0	24 872 334	24 712 649	-1
Existências	30 700	28 465	16 941	-40	28 465	9 546	-66	28 465	10 992	-61
Matérias-Primas	30 700	28 465	16 941	-40	28 465	9 546	-66	28 465	10 992	-61
Produtos acabados e em curso fabrico	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Outros	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas de terceiros Médio/Longo prazo	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas de terceiros Curto prazo	1 726 222	284 025	1 764 668	521	284 025	1 847 222	550	284 025	1 935 028	581
Clientes, Contribuintes e Utentes	1 718 677	284 025	1 747 957	515	284 025	1 824 344	542	284 025	1 912 413	573
Estado e outros entes públicos	7 544	0	16 711	-	0	22 878	-	0	22 615	-
Outros	1	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Provisões para cobranças duvidosas	1 691 065	0	1 700 798	-	0	1 720 090	-	0	1 784 160	-78
Disponibilidades	33 847	553 841	37 882	-93	596 619	55 138	-91	631 273	138 775	-78
Acréscimos e Diferimentos	47 856	30 526	26 807	-12	30 526	123 811	306	30 526	78 126	156
<b>TOTAL ACTIVO</b>	<b>26 225 671</b>	<b>25 895 270</b>	<b>24 287 316</b>	<b>-6</b>	<b>24 905 864</b>	<b>23 085 550</b>	<b>-7</b>	<b>23 479 858</b>	<b>21 593 098</b>	<b>-8</b>
<b>PASSIVO</b>										
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros Médio/Longo prazo	7 303 177	7 892 845	7 316 463	-7	7 075 365	7 503 202	6	6 240 328	7 189 321	15
Dividas a Instituições Crédito	7 303 177	7 892 845	7 316 463	-7	7 075 365	7 503 202	6	6 240 328	7 189 321	15
Dividas a Fornecedores Imobilizado	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Outras Dividas	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Dividas a terceiros Curto prazo	3 016 920	356 766	2 521 410	607	313 121	2 515 238	703	270 230	2 304 921	753
Dividas a Instituições Crédito	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Fornecedores	1 586 838	103 541	1 281 156	1 137	102 748	1 523 044	1 382	101 964	1 602 960	1 472
Estado e outros Entes Públicos	749 587	60 072	884 267	1 372	58 953	500 136	748	58 580	314 822	437
Outras Dividas	680 495	193 153	355 988	84	151 420	492 057	225	109 686	387 138	253
Acréscimos custos	64 507	92 742	80 061	-14	92 742	389 599	320	92 742	464 804	401
Proveitos Diferidos	3 345 045	3 736 455	2 864 663	-23	4 000 173	2 653 577	-34	3 769 233	2 460 925	-35
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>13 729 650</b>	<b>12 078 808</b>	<b>12 782 597</b>	<b>6</b>	<b>11 481 400</b>	<b>13 061 616</b>	<b>14</b>	<b>10 372 533</b>	<b>12 419 971</b>	<b>20</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>										
Património	28 325 118	28 325 118	28 325 118	0	28 325 118	28 325 118	0	28 325 118	28 325 118	0
Reservas	666 883	666 883	666 883	0	666 883	666 883	0	666 883	666 883	0
Resultados Transitados	-13 731 690	-14 651 853	-16 477 315	12	-15 175 538	-17 491 555	15	-15 567 538	-18 823 939	21
Resultados Líquidos	-2 764 290	-523 685	-1 009 966	93	-391 999	-1 476 512	277	-317 138	-994 934	214
<b>TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>12 496 021</b>	<b>13 816 463</b>	<b>11 504 719</b>	<b>-17</b>	<b>13 424 464</b>	<b>10 023 934</b>	<b>-25</b>	<b>13 107 325</b>	<b>9 173 128</b>	<b>-30</b>
<b>TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>26 225 671</b>	<b>25 895 270</b>	<b>24 287 316</b>	<b>-6</b>	<b>24 905 864</b>	<b>23 085 550</b>	<b>-7</b>	<b>23 479 858</b>	<b>21 593 098</b>	<b>-8</b>

No que diz respeito ao **Activo** constata-se que **o Município investiu (adjudicado a terceiros), aproximadamente, 82.000 Euros** em 2015, tendencialmente abaixo do estimado no PSF, devido às suas dificuldades financeiras.

Verifica-se ainda que o valor das **disponibilidades** adicionado das **dívidas de terceiros de curto prazo** (que provêm em 83% do débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros), **no valor de 2.073.803 Euros**, não chega para pagar o total do **passivo de curto prazo no valor de 2.304.921 Euros**. Isto é, se não for recebido, nomeadamente, o valor debitado (aliás provisionado) à EDP, o **deficit de fundo de maneo** será de 1.926.159 Euros, que está afectado negativamente pela contabilização da contribuição do Município para o FAM a ser paga nos próximos 6 anos, portanto dívida de médio e longo prazo (262.415,99 Euros – 37.488 Euros = 224.928 Euros).

Ao nível do **Passivo de médio e longo prazo** verifica-se que no fim de 2015 é superior à previsão do PSF devido, no essencial, a diversos efeitos conjugados:

- PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros). Situação similar ocorreu em 2014, com uma previsão de amortização de 566.075 Euros face ao real de 30.000 Euros, e 2015 (previsão de 580.308 Euros face ao real de 60.000 Euros).

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

## 2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** “favoráveis” ou “desfavoráveis” que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2015.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Handwritten signature and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signature is a large, stylized scribble, and the initials are 'A.L.' and a circled 'P'.

Mapa 2  
Demonstração de Resultados

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% desv.	Previsão PSF 2014	Real 2014	% desv.	Previsão PSF 2015	Real 2015	% desv.
Vendas	94 981	371 233	95 403	-74	371 233	133 430	-64	371 233	161 436	-57
Produtos	94 981	368 782	92 652	-75	368 782	112 875	-69	368 782	149 879	-59
Mercadorias	0	2 451	2 752	12	2 451	20 555	739	2 451	11 558	372
Prestação serviços	188 541	424 038	195 719	-54	424 038	299 447	-29	424 038	453 693	7
Outros proventos e ganhos operacionais	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Variação da Produção	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Impostos e Taxas	264 975	336 400	450 745	34	370 000	315 209	-15	370 000	465 781	26
Transferências e Subsídios obtidos	4 030 331	4 026 374	4 484 391	11	4 026 374	3 848 937	-4	4 026 374	4 031 301	0
Trabalhos Própria Entidade	251 563	253 160	210 391	-17	253 160	203 907	-19	253 160	203 680	-20
Proventos e ganhos financeiros exploração	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Diferenças câmbio favoráveis	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Descontos pronto pag. obtidos	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
<b>TOTAL PROVEITOS</b>	<b>4 830 390</b>	<b>5 411 205</b>	<b>5 436 650</b>	<b>0</b>	<b>5 444 805</b>	<b>4 800 929</b>	<b>-12</b>	<b>5 444 805</b>	<b>5 315 893</b>	<b>-2</b>
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	333 649	291 770	443 101	52	291 770	229 321	-21	291 770	193 419	-34
Mercadorias	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Produtos	333 649	291 770	443 101	52	291 770	229 321	-21	291 770	193 419	-34
Fornecimentos e Serviços Externos	952 472	950 717	1 024 562	8	941 210	1 081 019	15	931 798	1 167 087	25
Subcontratos	52 154	37 415	55 215	48	37 041	56 696	53	36 671	54 445	48
Trabalhos Especializados	129 532	124 869	89 596	-28	123 620	123 943	0	122 384	206 469	69
Electricidade/Combustíveis	293 913	150 070	183 549	22	148 570	189 998	28	147 084	285 769	94
Conservação e Reparação	9 854	15 176	6 077	-60	15 024	6 707	-55	14 874	11 816	-21
O.F.S.E	467 019	623 187	690 126	11	616 955	703 675	14	610 785	608 588	0
Custos com pessoal	2 671 246	2 756 658	2 816 369	2	2 705 292	2 925 737	8	2 688 170	2 940 811	9
Amortizações	1 897 139	1 908 710	2 092 460	10	1 902 212	1 868 566	-2	1 872 820	1 807 624	-3
Provisões	1 621 949	0	9 733	-	0	19 292	-	0	64 070	-
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	297 124	246 414	479 568	95	243 950	174 305	-29	241 511	168 551	-30
Outros custos exploração	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Custos e perdas financeiras exploração	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Diferenças câmbio desfavoráveis	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
Descontos pronto pag. concedidos	0	0	0	-	0	0	-	0	0	-
<b>TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>7 773 579</b>	<b>6 154 269</b>	<b>6 865 794</b>	<b>12</b>	<b>6 084 434</b>	<b>6 298 240</b>	<b>4</b>	<b>6 026 068</b>	<b>6 341 561</b>	<b>5</b>
<b>RESULTADOS EXPLORAÇÃO</b>	<b>-2 943 189</b>	<b>-743 064</b>	<b>-1 429 144</b>	<b>92</b>	<b>-639 628</b>	<b>-1 497 311</b>	<b>134</b>	<b>-581 263</b>	<b>-1 025 669</b>	<b>76</b>
Proventos e Ganhos Extraordinários	304 956	206 207	515 943	150	230 940	283 544	23	230 940	265 292	15
Custos e Perdas Extraordinários	127 467	69 022	199 183	189	68 331	147 749	116	67 648	294 755	336
<b>RESULTADOS ANTES FUNÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>-2 765 700</b>	<b>-605 879</b>	<b>-1 112 384</b>	<b>84</b>	<b>-477 020</b>	<b>-1 361 515</b>	<b>185</b>	<b>-417 971</b>	<b>-1 055 132</b>	<b>152</b>
Proventos e Ganhos Financeiros	250 801	245 955	317 675	29	245 955	268 248	9	245 955	202 216	-18
Custos e Perdas Financeiras	249 392	163 762	215 258	31	160 934	383 244	138	145 122	142 018	-2
Juros suportados	249 283	163 699	215 174	31	160 871	383 112	138	145 059	141 954	-2
Outros	109	63	84	33	63	132	110	63	64	2
<b>RESULTADOS LÍQUIDOS</b>	<b>-2 764 290</b>	<b>-523 685</b>	<b>-1 009 966</b>	<b>93</b>	<b>-391 999</b>	<b>-1 476 512</b>	<b>277</b>	<b>-317 138</b>	<b>-994 934</b>	<b>214</b>

### 2.2.1 PROVEITOS

A rubrica “**Venda de produtos**” (relativa à água) apresenta um valor abaixo do estimado (59%) em virtude de não ter crescido ao ritmo previsto no PSF.

No entanto, esta evolução foi parcialmente compensada pelo aumento de algumas rubricas contabilizadas na prestação de serviços, por exemplo a relativa ao saneamento e resíduos sólidos.

Em relação à “**Venda de mercadorias**”, apesar do peso reduzido (11.558 Euros) na estrutura de proveitos do Município, apresenta um valor bastante acima do previsto no PSF (372%) devido ao registo da venda de bens de investimento no valor de 11.400 Euros.

Relativamente à “**Prestação de Serviços**” verificou-se um aumento face ao previsto de 7% devido, principalmente, aos proveitos referentes ao saneamento, resíduos sólidos e aluguer de espaços e equipamentos.

Na rubrica “**Impostos e taxas**” verificou-se um aumento de 26% face ao previsto no PSF em resultado do incremento dos proveitos relativos:

- ao imposto municipal sobre imóveis – IMI (devido, em particular, ao processo de avaliação de imóveis e ao fim de isenções, apesar de ainda não terem sido aplicadas as taxas máximas de IMI, estando a sua entrada em vigor prevista apenas para 2016);
- ao imposto municipal sobre a transmissão onerosa de imóveis – IMT;
- imposto único de circulação - IUC (decorrente do orçamento de Estado para 2013 que se manteve em 2014 e 2015);
- derrama (em 19 de Setembro de 2014 foi deliberado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a derrama no limite máximo de 1,5%).

Apesar do bom desempenho da rubrica na generalidade, os impostos indirectos e as taxas estão abaixo do estimado no PSF, não assumindo contudo um peso relevante.

No que diz respeito ao item mais relevante dos proveitos, as “**Transferências e Subsídios Obtidos**”, está em linha com a previsão do PSF.

Saliente-se que na rubrica “**trabalhos para a própria entidade**” foram contabilizados menos 20% do que estava previsto no PSF.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Extraordinários**” que integra, essencialmente, a imputação de proveitos diferidos apresenta um valor acima do previsto em 15%.

A rubrica “**Proveitos e Ganhos Financeiros**” apresenta um valor inferior (18%) ao previsto no PSF devido à diminuição dos rendimentos de imóveis (protocolo estabelecido entre a ANMP e o Município relativamente às Rendas CEP sofreu um decréscimo em 2015, passou de 75.681,77 em 2014 para 34.168,82 em 2015).



## 2.2.2 CUSTOS

Em relação ao “**Custo dos Produtos**” (relativo a obras por administração directa destinadas à conservação e manutenção do património) verificou-se uma diminuição de 34% face ao previsto no PSF.

Na conta de “**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**” podemos verificar um valor acima da projecção (25%), uma vez que não foram obtidas todas as poupanças previstas no PSF ajustado.

Em relação aos “**Custos com o Pessoal**”, apesar da contenção ao nível das horas extraordinárias e das ajudas de custo verifica-se um excedente de 9% devido, nomeadamente, aos seguintes factores:

- aumento dos encargos sobre remunerações (introduzidos pelo Orçamento do Estado para 2013 que se mantêm em 2015);
- custos suportados com pensões não previstos;
- número de colaboradores do Município não se reduziu conforme previsto no PSF, a diminuição verificada foi de 2,37%, correspondente a 4 colaboradores, face a 2014, quando Orçamento de Estado para 2015 prevê 3%;
- contabilização do valor da estimativa de férias e subsídio de férias de 2015 a pagar em 2016 no valor de 350.413,73 Euros (lançada por contrapartida da conta 2739 – Outros acréscimos de custos), que só começou a ser efectuada em 2014 e, também, não estava prevista no PSF.

As “**amortizações do exercício**” estão abaixo da previsão (3%) e foram reforçadas as “**provisões**” relativas a cobranças duvidosas em 64.070,17 Euros.

No que diz respeito à rubrica de “**transferências e subsídios correntes**” apresenta um valor inferior em 30% (72.960 Euros) face à previsão do PSF.

Os “**custos extraordinários**” apresentam um valor superior ao previsto em 336% (227.106 Euros) devido, essencialmente, às perdas em imobilizações (206.478,68 Euros das quais destacamos abates de 121.846,90 Euros), às perdas em existências (18.698,43 Euros) e aos

outros não especificados (57.649,65 Euros). De realçar que, apenas, foram registados 10.975,21 Euros de transferências de capital concedidas, nesta rubrica.

Quanto aos “**Custos e Perdas Financeiras**” verificou-se uma quebra de 2% face ao estimado no PSF, decorrente da quebra das taxas Euribor face ao momento da elaboração das projecções económico-financeiras. Esta evolução ocorreu apesar dos encargos resultantes do elevado valor do passivo de curto prazo e do facto do empréstimo de saneamento financeiro não ter sido reembolsado conforme previsto no PSF.

Three handwritten signatures in blue ink are located in the bottom right corner of the page. The top signature is a simple horizontal line with a small mark. The middle signature is a more complex, cursive scribble. The bottom signature is a circular mark with a vertical line through it, followed by a cursive flourish.

### 2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados pela quebra nos proveitos (a venda de produtos e os trabalhos para a própria entidade) e, também, pelo aumento dos custos respectivos (em especial fornecimentos e serviços externos e custos com o pessoal).

Os **resultados líquidos** ressentiram-se dos resultados operacionais conforme foi referido e dos resultados extraordinários (penalizados pelo aumento dos respectivos custos) e financeiros (quebra dos proveitos).

### 2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3  
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2015	Real 2015	% Desvio
<b>Recebimentos</b>			
Saldo da gerência anterior	596 619	55 138	-91
Total receitas Orçamentais	5 437 600	5 329 835	-2
Receitas Correntes	4 134 142	4 887 993	18
Receitas de Capital	1 303 458	441 843	-66
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		434 634	-
<b>Total Geral</b>	<b>6 034 219</b>	<b>5 819 607</b>	
<b>Pagamentos</b>			
Total despesas Orçamentais	5 402 946	5 204 673	-4
Despesa corrente	4 129 527	4 744 526	15
Despesa de Capital	1 273 419	460 146	-64
Operações de Tesouraria		476 160	-
Saldo para a gerência seguinte	631 273	138 775	-78
<b>Total Geral</b>	<b>6 034 219</b>	<b>5 819 607</b>	

O valor das receitas correntes foi superior ao estimado no PSF em virtude, principalmente, do incremento dos impostos directos e das transferências correntes (incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2015). De destacar, no entanto, a quebra significativa da venda de bens e serviços correntes e dos rendimentos da propriedade.

A despesa corrente está acima da previsão devido, nomeadamente, ao aumento dos pagamentos relacionados com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços, com juros e outros encargos e com transferências/subsídios correntes.

As receitas de capital são inferiores às previstas no PSF devido à quebra do FEF capital (Orçamento do Estado para 2015).

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e ao menor valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro. Esta evolução ocorreu apesar da despesa efectuada em activos financeiros não prevista, no valor de 37.488 Euros, motivada pela contribuição do Município para o FAM

Saliente-se que não se verificava **equilíbrio orçamental corrente** nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, no final de 2015.

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right with the number 14 written below it.

## 2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4  
Indicadores Económicos Financeiros

		2012 Real	2013 PSF	2013 Real	2014 PSF	2014 Real	2015 PSF	2015 Real
FUNDO DE MANEIO	€	-2 869 360	540 091	-2 375 911	626 514	-2 199 609	704 059	-1 926 159
LIQUIDEZ GERAL	%	0	3	0	3	0	4	0
SOLVABILIDADE	%	91	114	90	117	77	126	74
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	48	53	47	54	43	56	42
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	89	102	90	102	89	103	89
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	343	-	161	-	328	-	426
P.M. PAGAMENTOS	Dias	429	30	306	30	406	30	409
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	2 107	130	2 087	130	1 465	130	1 081
CASH FLOW	€	754 797	1 385 025	1 092 226	1 510 213	411 347	1 555 682	876 760

Da análise do mapa anterior podemos destacar, o seguinte (tendo em consideração o débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros, ainda não recebido):

- Fundo de maneiio negativo;
- Insuficiente cobertura do imobilizado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamento e recebimento elevados;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

## 2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com indicadores de endividamento.

**Mapa 5**  
**Endividamento Municipal**

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Dívida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Líquido	MLP	Líquido	MLP		Líquido	MLP
		1	2	3	4	5	6=1-3	7=2-4
2012	Real 31/12/2012	4 426 911	3 541 529	7 734 282	6 892 162	4 110 15	-3 307 371	-3 350 633
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) a)	8 734 773	7 330 774	7 734 282	6 892 162	4 110 15	1 000 491	438 612
2013	Saneamento 31/12/2013	4 434 275	3 547 420	7 017 075	7 535 709	357 135	-2 582 800	-3 988 289
	Real 31/12/2013 (art.º 98.º OE 2013) b)	4 430 642	3 544 514	7 253 280	6 960 187	356 275	-2 822 638	-3 415 674
2014	Saneamento 31/12/2014	4 513 213	3 610 570	6 189 537	6 774 594	300 771	-1 656 324	-3 164 024
	Real 31/12/2014 (Lei n.º 2/2007)	4 723 978	3 779 183	7 751 471	7 201 972	301 230	-3 027 492	-3 422 789
2015	Saneamento 31/12/2015	4 555 213	3 644 170	5 313 320	5 995 922	244 406	-758 107	-2 351 752
	Real 31/12/2015 (Lei n.º 2/2007)	4 470 849	3 576 679	6 847 740	6 943 788	245 533	-2 376 891	-3 367 109

**Nota:**

- a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.  
 b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento líquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.

Da apreciação do mapa supra, de 31/12/2014 até ao fim de 2015, verifica-se uma diminuição do valor do endividamento líquido de 903.731 Euros o que associado a uma quebra do respectivo limite em 253.129 Euros, levou a um decréscimo do excesso de Endividamento Líquido de 650.602 Euros.

No entanto, quer o **valor do endividamento líquido** quer o respectivo **excesso** apresentam já um comportamento desfavorável, face ao PSF, de 1.534.420 Euros e 1.618.783 Euros, respectivamente, em resultado, nomeadamente, da não implementação atempada das

medidas de maximização de receitas e de racionalização/redução das despesas previstas no PSF e do não recebimento do valor debitado à EDP.

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, verificou-se uma diminuição de 258.184 Euros de 2014 para 2015. No entanto, a quebra do respectivo limite (202.503 Euros) motivou que o seu excesso apenas se tenha reduzido em 55.681 Euros. Por outro lado, as diferenças no excesso de endividamento de MLP face ao PSF decorrem, fundamentalmente, dos seguintes efeitos conjugados:

- diminuição do limite em 67.491 Euros face ao PSF;
- PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros). Situação similar ocorreu em 2014, com uma previsão de amortização de 566.075 Euros face ao real de 30.000 Euros, e 2015 (previsão de 580.308 Euros face ao real de 60.000 Euros).

Em 1 de Janeiro de 2014 entrou em vigor o novo regime financeiro das autarquias e entidades intermunicipais (Lei n.º 73/2013) que estabelece um limite de 1,5 vezes da dívida total dos Municípios face à receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores (Artigo 52.º). Por isso, entendemos ser uma informação relevante a posição que apresentamos do Município.

**Mapa 6**  
**Dívida total da autarquia (Lei n.º 73/2013)**

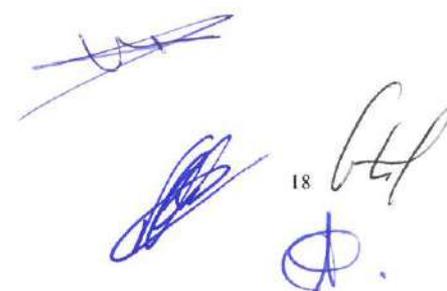
Data		Dívida total excluindo dívidas não orçamentais e FAM	Média da receita corrente líquida (últimos 3 anos)	Limite (art.º 52.º da Lei n.º 73/2013)	Excesso / disponibilidade	Rácio
		(1)	(2)	(3) = 1,5 x (2)	(4) = (3) - (1)	(5) = (1) / (2)
2014	01/01/2014	9 561 494	3 883 442	5 825 163	-3 736 331	2,46
	31/12/2014	9 918 016	3 883 442	5 825 163	-4 092 853	2,55
2015	01/01/2015	9 638 937	4 202 589	6 303 884	-3 335 053	2,29
	31/12/2015	9 165 725	4 202 589	6 303 884	-2 861 842	2,18

Pela análise do quadro acima, verificamos que a dívida total do Município em 01/01/2014 excedia em 2,46 vezes o limite previsto na Lei n.º 73/2013 no valor de 3.736.331 Euros.

Por isso, o FAM notificou o Município, em Dezembro de 2014, com base no n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 53/2014 de 25 de Agosto porque era **obrigatória** a elaboração de um novo Plano de Saneamento financeiro ou a **adesão facultativa** ao procedimento de recuperação financeira (previsto nos artigos 61.º e seguintes), nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013.

No final de 2014, o Município excede em 2,55 vezes o limite previsto na Lei n.º 73/2013, o correspondente a 4.092.853 Euros, pelo que deveria aderir ao procedimento de recuperação financeira (previsto nos artigos 61.º e seguintes), nos termos do n.º 3 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, porque não liberta anualmente meios líquidos suficientes para pagar na totalidade as prestações de capital dos empréstimos de MLP e, ainda, realizar os investimentos mínimos de manutenção e reparação das infraestruturas do concelho. Acresce que, o Município vai pagar 262.415,99 de contribuição para o FAM pelo que deverá, também por este motivo, beneficiar do mesmo.

Em 31/12/2015 assistimos a uma diminuição da dívida total excluindo não orçamentais de 752.291 Euros, o que associado ao aumento da média da receita corrente líquida dos últimos 3 anos (2014, 2013 e 2012), levou a uma redução do excesso de 1.231.012 Euros, face ao final de 2014. Isto é, no fim de 2015 o excesso é de 2,18 vezes o limite previsto na Lei n.º 73/2013.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top, a smaller signature below it, and a circular stamp or mark at the bottom right.

### 3 CONCLUSÃO

O Município de Mourão, no final de 2015, apresentava ainda indicadores de endividamento (mapas 5 e 6) e económico-financeiros (nomeadamente, os relativos ao fundo de maneiio, prazo médio de pagamento e ao *cash flow* - mapa 4) muito desfavoráveis, face ao PSF ajustado. Com efeito, apesar de assistirmos a uma diminuição da dívida total, face ao final de 2014, existe um **deficit de fundo de maneiio de 1.926.159** Euros (que indicia dificuldades de tesouraria e um aumento das despesas financeiras), **decorrente de ainda não ter sido recebido o débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros** (que foi totalmente provisionado).

Saliente-se que, na sequência do ofício da Direção Executiva do FAM, de 19/12/2014, o Município elaborou um Plano de Ajustamento Municipal (PAM) e uma candidatura a um empréstimo do Fundo de Apoio Municipal (FAM), porque não conseguiu pagar na sua totalidade, nomeadamente, as prestações dos empréstimos de MLP já contratualizados, desde o final de 2013. Neste momento, o **Município aguarda a aprovação do PAM por parte da direcção executiva do FAM.**

Com efeito, o Município, perante uma grande concentração de reembolsos de dívida de MLP (que conduzem ao incumprimento com a instituição de crédito BPI), é obrigado a orientar-se por princípios de rigor e eficiência (princípios orientadores) consagrados no artigo 48.º (capítulo V da Lei n.º 73/2013, dedicada ao endividamento) que prosseguem os objectivos de:

- a) Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo;
- b) Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais;
- c) Prevenção de excessiva concentração temporal da amortização;
- d) Não exposição a riscos excessivos.

Realce-se mais uma vez que, o enchimento do Alqueva (ocupação de 1/3 da superfície do concelho) constituiu, até ao momento, uma autêntica calamidade pública para Mourão (desemprego, desertificação, envelhecimento e pobreza) **ainda não reconhecida pelas entidades governamentais**, pelo que o Município tendo sido o mais afetado por investimentos da Administração Central ou regional (desaparecimento das explorações industriais e agrícolas), **deverá exigir o direito à concessão de auxílios financeiros**.

**especiais**, nomeadamente, para programas de reabilitação urbana, nos termos do artigo 22.º da Lei 73/2013 (e do artigo 53.º da mesma Lei) e do artigo 96.º do OE para 2015.



Handwritten signatures and a stamp in blue ink. The stamp includes the number 20 and a circular emblem.

## 4 ANEXO

De seguida apresentamos informações relativas à execução do PAEL, que foram comunicadas à DGAL de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012.

### 4.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	2013 total	Valores Apurados 2013	Desvio face ao previsto em PAF	Valores estimados PAF 2014	Valores Apurados 2014 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	Valores estimados PAF 2015	Valores Apurados 2015	Desvio face ao previsto em PAF
<b>A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)</b>	245 710,64	-215 843,20	-461 553,84	288 488,40	37 881,52	-250 606,88		323 142,39	55 138,33	-268 004,06
<b>A2. Reposições não abatidas nos pagamentos</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>A3. Receita efetiva</b>	6 317 046,02	5 609 992,16	-707 053,86	5 992 297,97	4 746 425,61	-1 185 871,96		5 437 599,93	5 329 835,13	-107 764,80
A3.1. Receita corrente	3 955 691,93	4 701 934,02	746 242,09	4 134 141,93	4 378 075,16	243 933,23		4 134 141,93	4 887 992,63	753 850,70
A3.2. Receita capital (e outros passivos financeiros)	2 361 354,09	908 058,14	-1 453 295,95	1 798 115,64	368 350,45	-1 429 765,19		1 303 458,00	441 842,50	-861 615,50
A3.2.1. Venda de bens de investimento	0,00	53 071,29	53 071,29	0,00	47 600,54	-47 600,54		0,00	11 400,00	11 400,00
<b>A4. Despesa efetiva</b>	6 615 486,36	7 971 812,87	1 356 326,51	5 071 069,85	4 733 334,51	-338 665,34		4 567 908,84	4 853 303,36	285 394,52
A4.1. Correntes	5 929 597,53	7 639 648,62	1 710 046,09	4 120 067,86	4 589 104,72	469 036,86		4 129 527,34	4 744 526,42	614 999,08
A4.1.1. Juros	169 761,84	271 714,29	107 952,45	160 933,91	210 605,53	49 671,62		145 123,99	198 203,30	53 181,31
a. Resultantes do PAEL	34 897,46	0,00	-34 897,46	45 030,90	25 025,80	-20 065,10		43 766,54	38 909,65	-4 856,89
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	121 075,25	116 331,53	-4 743,72	108 113,88	120 873,98	12 760,10		95 735,66	108 483,05	12 747,39
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	7 789,13	155 382,76	147 593,63	7 789,13	64 705,75	56 916,62		6 119,79	50 910,50	44 790,71
A4.1.2. Despesas com pessoal	3 536 600,73	3 368 214,15	-168 386,58	2 706 411,00	3 028 574,39	322 163,39		2 688 543,00	2 882 246,47	193 703,47
A4.2. Despesas de capital (e ativos e passivos financeiros)	685 888,83	332 169,25	-353 719,58	951 931,99	144 229,79	-807 702,20		438 381,50	108 775,94	-329 605,56
<b>A5. Saldo global</b>	-398 440,34	-2 361 820,71	-2 063 380,37	860 257,72	13 091,10	-847 166,62		869 691,09	476 531,77	-393 159,32
A5.1. Saldo corrente	-1 973 905,60	-2 997 709,60	-1 023 804,00	-864,07	-211 029,56	-225 103,63		4 614,59	143 466,21	138 851,62
A5.2. Saldo de capital	1 675 465,26	575 888,89	-1 099 576,37	846 183,65	224 120,66	-622 062,99		865 076,50	333 065,56	-532 010,94
<b>A6. Saldo primário</b>	-134 678,50	-2 050 106,42	-1 915 427,92	1 021 191,63	228 896,63	-797 495,00		1 034 813,08	674 835,07	-359 978,01
<b>A7. Ativos financeiros líquidos amortizações</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	-37 488,00	-37 488,00
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	37 488,00	37 488,00
<b>A8. Passivos financeiros líquidos amortizações</b>	585 028,54	-16 114,12	-601 142,66	-817 479,99	186 739,26	1 004 219,25		-855 037,12	-313 881,42	521 155,70
A8.1. Receitas de passivos financeiros	1 458 118,54	704 858,77	-753 259,77	0,00	469 905,85	469 905,85	utilização da 2.ª e 3.ª tranches do empréstimo do PAEL no valor total de 469.905,85 Euros (no PSF estava previsto o recebimento da totalidade do financiamento do PAEL em 2013)	0,00	0,00	0,00
A8.2. Despesas de passivos financeiros	873 090,00	720 972,89	-152 117,11	817 479,99	283 166,99	-534 313,00		835 037,12	313 881,42	-521 155,70
a. Resultantes do PAEL	39 478,00	29 400,00	-10 078,00	54 136,39	57 054,44	2 918,05		55 900,74	55 000,01	-900,73
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	833 612,00	691 572,89	-142 039,11	763 343,60	276 112,15	-537 231,45		779 136,38	258 881,41	-520 254,97
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
<b>A9. Receita total</b>	2 775 164,56	6 314 850,99	3 539 686,43	5 992 297,97	5 216 331,46	-775 966,51		5 437 599,93	5 329 835,13	-107 764,80
<b>A10. Despesa total</b>	7 488 576,36	8 692 785,76	1 204 209,40	5 889 479,84	5 016 501,10	-873 978,74		5 402 945,96	5 204 672,78	-198 273,18
<b>A11. Saldo para a gestão seguinte</b>	532 258,84	-2 593 778,03	-3 126 029,19	331 266,14	237 711,88	-98 554,26		357 796,36	180 300,68	-177 495,68
<b>A12. Serviço da dívida</b>	1 036 851,84	592 687,18	-444 164,66	978 413,90	493 772,12	-484 641,78		980 159,12	512 184,73	-467 974,40
<b>A13. Endividamento total</b>	8 249 611,04	9 821 162,58	1 571 551,54	7 388 485,67	6 756 022,89	-1 632 462,78		6 510 558,17	9 494 241,45	2 983 683,28
A13.1. Bancário	7 892 844,91	7 316 462,80	-576 382,11	7 075 364,92	7 503 202,06	427 837,14		6 240 327,79	7 189 320,64	948 992,85
A13.1.1. Médio e longo prazo	7 892 844,91	7 316 462,80	-576 382,11	7 075 364,92	7 503 202,06	427 837,14		6 240 327,79	7 189 320,64	948 992,85
a. Resultante do PAEL	1 418 640,54	704 858,77	-713 781,77	1 364 504,15	1 117 710,18	-246 793,97		1 308 605,40	1 062 710,17	-245 895,23
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	6 474 204,37	6 611 604,03	137 399,66	5 710 860,77	6 385 491,88	674 631,11		4 931 724,39	6 126 610,47	1 194 886,08
A13.1.2. Curto prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
A13.2. Fornecedores	103 541,00	1 367 477,49	1 263 936,49	102 748,00	1 523 044,38	1 420 296,38		101 964,00	1 602 960,01	1 500 996,01
A13.3. Outra dívida a terceiros não financeira	253 225,13	1 137 222,29	883 997,16	210 372,76	729 776,45	519 403,70		168 266,38	701 960,80	533 694,42
<b>A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)</b>	30	165	135,00	30	415	385		30	472	392

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IMRU/IMH)

## 4.2 MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	2012 Valores apurados (Indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indique apenas o acréscimo, em relação a 2012, resultante da implementação da medida)		Valores executados		Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indique apenas o acréscimo, em relação a 2012, resultante da implementação da medida)		Justificação da implementação da medida (ata de reunião, edital, despacho, ...)	Quantificação do impacto financeiro previsto resultante da aplicação da medida (Indique apenas o acréscimo, em relação a 2012, resultante da implementação da medida)		Valores executados	
		2013		2013		2014			2015		2015	
		Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2012 (%)	Valor ano	Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2012 (%)	Valor ano		Valor ano	Valor ano	Valor ano	Peso/Impacte nas contas 2012 (%)
<b>B.1 Aumento da receita</b>												
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	251 406,00	0,00	0%	213 122	47 487,95	16%	338894	Edital n.º 48/2014	231 953,32	80%	523 359	
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município	7 589,00	-100,38	-1%	7 489					2 727,10	36%	10316	
3. Outras medidas com impacto no aumento da receita												
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis	167 480,88	33 868,85	0%	201 350	51 308,87	31%	218790		60 509,32	36%	227990	
3.2 - Atualização das Rendas de Edifícios Municipais	5 381,16	237,51	14%	6 119	5 402,09	100%	10783		-2 842,16	-53%	2539	
3.3 - Fixação na taxa máxima da derama	9 760,71	-6 673,99	-68%	3 087	10 846,34	111%	20607		17 564,16	129%	22329	
3.4 - Fixação nas taxas máximas da participação IRS	40 274,00	0,00	0%	40 274	-1 410,00	-4%	38864		11 980,00	30%	52754	
<b>Total Aumento de receita (B.1)</b>												
<b>B.2 Redução da despesa</b>												
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	160 085,00											
5. Outras medidas com impacto na redução da despesa												
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades	0,00	0,00	0%	0	0,00	0%	0		0,00	ND/NDI		
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros	560 593,42	118 749,70	21%	679 349	-341 001,44	-61%	219598		330 672,96	-59%	229726	
5.3 - Redução/contenção/racionalização das despesas com pessoal	3158 648,00	209 566,15	7%	3 368 214	299 781,28	9%	3658429	Aumento da despesa com pessoal deve-se ao pagamento das pensões dos aposentados, que até janeiro/2015 foram assegurados pelo Município por incumprimento do pagamento à CCA	-276 401,53	9%	2882246	
5.4 - Redução/contenção/racionalização do despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	2674 263,00	660 380,20	25%	3 334 593	-19 677,99	-1%	2054385		-1 189 795,65	-44%	1484617	
5.5 - Redução dos juros de mora imputados pelos fornecedores												
<b>Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)</b>												
<b>B.3 Outras medidas</b>												
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)	0,00	0,00	0%		0,00	0%	0%		0,00	0%	0%	
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacto financeiro para o município b)	0,00	0,00	0%		0,00	0%	0%		0,00	0%	0%	
8. Outras medidas b)	0,00	0,00	0%		0,00	0%	0%		0,00	0%	0%	
... discriminar cada medida numa linha	0,00	0,00	0%		0,00	0%	0%		0,00	0%	0%	

### 4.3 EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores apresentados em caráter de fato		Valores Execução 2015	Diferença em percent	Valores em caráter de previsão		Valores Execução 2015	Diferença em percent	Valores em caráter de previsão		Observação / Justificativa
	Valor em exercício	2015 total			Valores estimados em 2015	Valores estimados em 2016			Valores estimados em 2015	Valores estimados em 2016	
	2015	2015 total			2015	2016			2015	2016	
<b>Receitas correntes</b>	<b>8.738.516,27</b>	<b>9.955.091,92</b>	<b>4.761.994,02</b>	<b>-788.242,80</b>	<b>4.234.241,33</b>	<b>4.878.075,16</b>	<b>-188.932,23</b>	<b>4.234.241,33</b>	<b>4.887.992,65</b>	<b>-753.850,70</b>	
Impostos e taxas	348.800,00	811.750,00	424.003,60	-132.208,60	345.500,00	333.950,82	31.599,88	345.500,00	433.703,89	-45.153,89	
IM	150.000,00	210.000,00	701.349,72	8.750,27	243.700,00	218.780,75	24.919,25	243.700,00	227.990,20	35.709,80	
IMT	58.000,00	58.000,00	172.035,81	-114.035,81	58.000,00	31.717,51	26.282,49	58.000,00	121.005,42	-63.005,42	
Demais	5.000,00	5.000,00	3.086,72	1.913,28	5.000,00	30.607,05	-11.607,05	5.000,00	27.244,87	-2.244,87	
Outros	13.800,00	34.650,00	48.581,52	-13.781,52	34.650,00	42.839,81	-8.189,81	34.650,00	395.212,22	-4.562,22	
Impostos indiretos	7.800,00	7.600,00	18.889,16	-11.289,16	7.600,00	4.446,10	3.153,90	7.600,00	2.496,89	5.103,11	
Taxas, multas e outras penalidades	15.000,00	37.050,00	8.878,89	7.121,11	37.050,00	13.289,20	23.760,80	37.050,00	10.318,10	26.731,90	
Taxas	12.734,00	34.007,40	7.488,82	6.518,58	34.007,40	6.756,11	27.251,29	34.007,40	7.189,80	26.817,60	
Multas	2.266,00	3.042,60	2.390,27	652,33	3.042,60	4.532,09	-1.489,49	3.042,60	3.128,30	-85,70	
Reduções de preço de	245.955,00	245.955,00	324.178,82	-78.223,82	245.955,00	377.122,51	-131.167,51	245.955,00	184.730,89	61.224,11	
<b>Transferências correntes</b>	<b>2.924.055,78</b>	<b>2.722.915,53</b>	<b>3.640.959,61</b>	<b>-517.143,88</b>	<b>2.722.915,53</b>	<b>3.420.309,72</b>	<b>-703.993,25</b>	<b>2.722.915,53</b>	<b>3.741.829,63</b>	<b>-1.018.914,10</b>	Incremento do FFF corrente em decorrência do FFF capital conforme orçamento do Estado para 2015
<b>Venda de bens e serviços correntes</b>	<b>278.913,80</b>	<b>643.926,99</b>	<b>279.266,30</b>	<b>362.658,69</b>	<b>786.772,20</b>	<b>339.236,70</b>	<b>447.535,50</b>	<b>786.772,20</b>	<b>523.958,13</b>	<b>162.814,07</b>	
Utilidade de bens	36.388,51	292.074,05	93.184,95	200.789,10	357.980,81	100.843,43	257.137,38	357.980,81	12.859,74	345.121,07	
Serviços	1.72.830,27	340.218,13	181.782,68	158.435,45	416.988,63	227.590,02	189.398,61	416.988,63	292.223,38	124.765,25	
Aluguel	4.054,23	9.628,81	6.118,62	3.510,19	11.802,57	10.783,25	1.019,32	11.802,57	2.539,00	9.263,57	
Outros serviços correntes	8.311,62	8.500,00	8.157,70	342,30	8.500,00	5.727,31	2.772,69	8.500,00	13.518,81	-5.018,81	
<b>Recursos de capital</b>	<b>2.550.612,31</b>	<b>3.839.472,63</b>	<b>1.612.916,91</b>	<b>2.226.555,72</b>	<b>3.798.135,64</b>	<b>830.256,30</b>	<b>2.967.879,34</b>	<b>3.839.472,63</b>	<b>461.842,50</b>	<b>3.377.630,13</b>	
Venda de bens de investimento	880,80	0,00	59.673,23	-59.673,23	0,00	47.600,54	-47.600,54	0,00	11.400,00	-11.400,00	
Títulos	0,00	0,00	1.150,00	-1.150,00	0,00	26.250,73	-26.250,73	0,00	0,00	0,00	
Habitações	880,80	0,00	51.823,29	-51.823,29	0,00	5.011,69	-5.011,69	0,00	11.400,00	-11.400,00	
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros bens de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.938,12	-15.938,12	0,00	0,00	0,00	
<b>Transferências de capital</b>	<b>2.549.731,51</b>	<b>3.838.936,09</b>	<b>853.543,87</b>	<b>3.085.392,22</b>	<b>3.798.135,64</b>	<b>820.349,51</b>	<b>2.977.786,13</b>	<b>3.838.936,09</b>	<b>450.442,50</b>	<b>3.388.493,59</b>	Incremento do FFF corrente em decorrência do FFF capital conforme orçamento do Estado para 2015
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.508.597,83	1.508.458,00	853.543,87	654.914,13	1.508.458,00	826.007,50	682.450,50	1.508.458,00	826.447,50	681.910,50	
Ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Passivos financeiros	0,00	1.438.118,14	204.858,77	753.259,37	0,00	469.905,85	-469.905,85	0,00	0,00	0,00	
Outras receitas de capital	0,00	0,00	2.423,00	-2.423,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Res. ad. subsídios em pagamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Total receitas</b>	<b>6.278.948,18</b>	<b>7.777.948,53</b>	<b>6.414.850,93</b>	<b>1.363.097,60</b>	<b>5.912.237,57</b>	<b>5.338.891,46</b>	<b>733.979,11</b>	<b>6.278.948,18</b>	<b>6.487.999,99</b>	<b>2.115.051,81</b>	
<b>Recursos de capital</b>	<b>6.278.948,18</b>	<b>7.777.948,53</b>	<b>6.414.850,93</b>	<b>1.363.097,60</b>	<b>5.912.237,57</b>	<b>5.338.891,46</b>	<b>733.979,11</b>	<b>6.278.948,18</b>	<b>6.487.999,99</b>	<b>2.115.051,81</b>	
<b>Despesas correntes</b>	<b>5.031.842,09</b>	<b>5.939.997,58</b>	<b>3.839.848,67</b>	<b>2.102.148,91</b>	<b>4.320.047,88</b>	<b>4.589.506,72</b>	<b>-269.458,84</b>	<b>4.320.047,88</b>	<b>4.784.526,42</b>	<b>454.478,54</b>	
Outras despesas correntes	2.788.582,60	3.186.600,79	3.848.284,15	661.683,35	2.784.431,80	3.028.574,39	244.142,59	2.788.582,60	2.822.348,47	43.765,87	
Manutenção de bens e serviços	2.313.349,49	2.342.719,15	2.317.781,31	25.937,84	2.387.781,47	2.120.877,95	266.903,52	2.313.349,49	2.024.407,80	388.941,69	
Aluguel de bens e serviços	58.935,22	17.429,36	62.647,26	-45.217,90	4.779,80	57.216,61	-52.436,81	58.935,22	62.100,34	-3.165,12	
Segurança pública	389.501,29	1.216.451,12	1.097.781,38	118.669,74	381.443,57	846.416,75	-464.973,18	378.925,24	795.738,31	-416.813,07	
Aquisição de bens e serviços	1.751.723,53	1.982.828,66	3.064.067,37	-1.312.243,84	1.068.772,80	1.080.075,38	-1.011.302,58	1.054.951,76	1.393.594,34	-338.642,58	
Aquisição de bens	763.303,74	868.809,69	2.271.021,02	-1.507.717,28	465.600,46	381.367,29	84.233,17	466.474,43	503.925,55	-47.451,12	
Aquisição de serviços	988.421,79	1.114.018,97	1.794.046,35	-679.627,38	543.172,34	698.708,09	-155.535,75	587.879,27	889.668,79	-301.789,52	
Juros e outros encargos	328.759,59	263.761,04	380.998,29	-117.237,25	380.933,51	380.605,33	-471,82	380.933,51	190.300,30	190.633,21	
Resultados do FPEL	0,00	24.857,46	2.800,00	-22.057,46	45.000,00	25.000,00	20.000,00	45.000,00	38.900,00	6.100,00	
Resultados de estudos e projetos de desenvolvimento de médio e longo prazo	122.759,44	321.075,33	116.435,52	104.639,81	108.113,89	120.873,98	-12.760,09	122.759,44	208.488,20	-86.728,76	
Resultados de estudos e projetos de curto prazo	104.975,15	7.889,33	155.562,76	-150.687,61	7.889,33	64.705,75	-56.816,42	6.119,79	50.910,60	-44.790,81	
<b>Transferências correntes</b>	<b>153.973,84</b>	<b>139.137,34</b>	<b>679.948,32</b>	<b>-540.774,48</b>	<b>137.885,58</b>	<b>89.938,59</b>	<b>47.946,99</b>	<b>137.885,58</b>	<b>112.642,83</b>	<b>25.242,75</b>	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Argemontes	34.568,41	12.384,00	3.500,00	31.068,41	12.384,00	0,00	12.384,00	12.384,00	0,00	12.384,00	
Assembleias de Municípios	3.959,77	2.229,81	392.736,86	-388.777,09	2.197,51	41.111,95	-38.914,44	3.165,52	6.943,67	-3.778,15	
Empresas sem fins lucrativos	113.639,89	96.592,31	267.200,00	-170.607,69	95.627,38	35.000,00	60.627,38	94.671,30	21.000,00	73.671,30	
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras	18.964,99	18.976,24	15.932,26	3.044,98	16.800,54	13.826,61	2.973,93	16.823,57	27.407,18	-10.583,61	
<b>Subsídios</b>	<b>40.952,03</b>	<b>34.818,26</b>	<b>132.486,30</b>	<b>-97.668,04</b>	<b>34.870,38</b>	<b>102.413,79</b>	<b>-67.543,41</b>	<b>34.818,26</b>	<b>97.977,07</b>	<b>-63.158,81</b>	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Famílias	40.952,03	34.818,26	132.486,30	-97.668,04	34.870,38	102.413,79	-67.543,41	34.818,26	97.977,07	-63.158,81	
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas correntes	36.962,80	87.418,38	122.182,79	-34.764,41	81.594,20	77.499,60	4.094,60	80.776,25	1.515,78	79.260,47	
<b>Despesas de capital</b>	<b>888.612,99</b>	<b>1.568.978,84</b>	<b>959.142,44</b>	<b>609.836,40</b>	<b>1.789.413,80</b>	<b>427.996,78</b>	<b>1.361.417,02</b>	<b>1.568.978,84</b>	<b>1.279.418,63</b>	<b>289.560,21</b>	
Aquisição de bens de capital	533.979,30	616.802,18	248.585,83	368.216,35	893.600,56	111.813,43	781.787,13	370.733,30	80.873,41	289.860,97	
Investimentos	533.979,30	616.802,18	248.585,83	368.216,35	893.600,56	111.813,43	781.787,13	370.733,30	80.873,41	289.860,97	
Títulos	0,00	0,00	14.700,00	-14.700,00	0,00	3.269,65	-3.269,65	0,00	0,00	0,00	
Habitações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Edifícios	251.281,64	290.847,64	0,00	290.847,64	345.611,33	0,00	345.611,33	144.672,02	0,00	144.672,02	
Condições diversas	89.039,38	107.053,65	156.785,21	-49.731,56	185.052,62	27.943,89	157.108,73	83.534,46	5.569,00	78.565,46	
Outros	292.558,34	322.865,85	97.100,62	225.765,23	312.943,60	70.599,89	242.343,71	142.522,29	85.363,41	57.178,88	
Locação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Transferências de capital</b>	<b>72.654,37</b>	<b>60.028,61</b>	<b>63.585,42</b>	<b>-2.931,05</b>	<b>63.531,43</b>	<b>32.316,34</b>	<b>31.215,09</b>	<b>67.648,12</b>	<b>37.804,51</b>	<b>29.843,61</b>	
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Argemontes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Assembleias de Municípios	3.729,46	3.542,99									

### 4.4 PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO												
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2013	Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2014	Desvio	Valores candidatura		Valores Executados 2015	Desvio
	2012	2013 total			2014	2015						
<b>Dívida de Curto prazo</b>	<b>1 977 043</b>	<b>356 766</b>	<b>2 504 700</b>	<b>2 147 934</b>	<b>313 121</b>	<b>2 252 821</b>	<b>1 939 700</b>	<b>270 230</b>	<b>2 304 921</b>	<b>2 034 691</b>		
Empréstimos de CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outra	1 977 043	356 766	2 504 700	2 147 934	313 121	2 252 821	1 939 700	270 230	2 304 921	2 034 691		
Fornecedores c/c	843 675	103 541	1 295 508	1 195 967	102 748	1 523 044	1 420 296	101 964	1 602 960	1 500 996		
Fornecedores de Imobilizado c/c	77 261	77 261	67 870	-9 291	60 568	32 975	-27 589	43 874	1 565	-42 309		
Estado e Outros Entes Públicos	840 035	60 072	867 556	807 484	58 953	500 136	441 183	58 580	314 822	256 242		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Administração autárquica	0	0	160 002	160 002	0	141 557	141 557	0	134 378	134 378		
Outros credores	115 892	115 892	101 664	-14 228	90 852	55 109	-35 743	65 812	251 195	185 384		
<b>Subtotal Curto prazo</b>	<b>1 977 043</b>	<b>356 766</b>	<b>2 504 700</b>	<b>2 147 934</b>	<b>313 121</b>	<b>2 252 821</b>	<b>1 939 700</b>	<b>270 230</b>	<b>2 304 921</b>	<b>2 034 691</b>		
<b>Dívida de Médio e longo prazo</b>	<b>7 307 816</b>	<b>7 892 845</b>	<b>7 316 463</b>	<b>-576 382</b>	<b>7 075 365</b>	<b>7 503 202</b>	<b>427 837</b>	<b>6 240 328</b>	<b>7 189 321</b>	<b>948 993</b>		
Empréstimos	7 307 816	7 892 845	7 316 463	-576 382	7 075 365	7 503 202	427 837	6 240 328	7 189 321	948 993		
No âmbito do PAEL	0	0	704 858	704 858	0	1 117 710	1 117 710	1 308 603	1 062 710	-245 893		
Outros empréstimos de médio/longo prazo	7 307 816	7 892 845	6 611 604	-1 281 241	7 075 365	6 385 492	-689 873	4 931 724	6 126 610	1 194 886		
Outra	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Fornecedores de Imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Outros credores	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
<b>Subtotal Médio e longo prazo</b>	<b>7 307 816</b>	<b>7 892 845</b>	<b>7 316 463</b>	<b>-576 382</b>	<b>7 075 365</b>	<b>7 503 202</b>	<b>427 837</b>	<b>6 240 328</b>	<b>7 189 321</b>	<b>948 993</b>		
<b>Total da dívida</b>	<b>9 184 859</b>	<b>8 249 611</b>	<b>9 821 163</b>	<b>1 571 552</b>	<b>7 388 486</b>	<b>9 756 023</b>	<b>2 367 537</b>	<b>6 510 558</b>	<b>9 494 241</b>	<b>2 983 684</b>		
Dívida referente a operações de tesouraria e, se rebaixadas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	26 220	26 220	333 176	306 956	26 220	23 200	-3 019	26 220	38 195	-8 114		
<b>Total da dívida de natureza orçamental</b>	<b>9 158 639</b>	<b>8 223 391</b>	<b>9 487 986</b>	<b>1 264 595</b>	<b>7 362 266</b>	<b>9 732 823</b>	<b>2 370 556</b>	<b>6 484 338</b>	<b>9 476 186</b>	<b>2 991 798</b>		

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP																				
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2013				2014				2015							
	2012		2013 total (0,7 mm. aprovado + 1,2 mm. estimado)		Valores Executados		Desvio		2014		2014		Desvio		2015		2015			
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros		
<b>SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP</b>																				
No âmbito do PAEL			35 478	34 897	0	0 200	-39 498	-35 697	54 136	45 081	57 054	25 026	2 928	-30 065	55 903	43 257	55 000	38 510	-861	-4 557
Outros empréstimos de médio/longo prazo	380 978	123 758	763 344	321 075	720 973	116 436	-42 995	-4 858	763 344	108 114	226 112	120 874	-537 331	11 268	779 136	95 735	258 861	108 463	-626 355	11 747
<b>Total</b>	<b>380 978</b>	<b>123 758</b>	<b>802 822</b>	<b>355 972</b>	<b>720 973</b>	<b>116 636</b>	<b>-42 995</b>	<b>-5 058</b>	<b>817 480</b>	<b>153 145</b>	<b>283 167</b>	<b>145 900</b>	<b>-534 413</b>	<b>-9 245</b>	<b>835 039</b>	<b>139 060</b>	<b>313 861</b>	<b>147 973</b>	<b>-631 154</b>	<b>8396</b>

## 4.5 CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

	2013 (previsão PAF)		Valores Apurados 2013		Debito		2014 (previsão PAF)		Valores Apurados 2014		Debito		2015 (previsão PAF)		Valores Apurados 2015		Debito	
	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C	D	C
<b>1 Disponibilidades</b>	553.861	0	37.882	0	-515.959	0	596.619	0	55.138	0	-541.481	0	631.278	0	138.775	0	-492.499	0
<b>21 Dívidas de Terceiros</b>	284.025	0	1.747.857	0	3.463.932	0	284.025	0	1.824.796	0	1.540.771	0	784.075	0	1.912.077	0	1.628.052	0
<b>22 Fornecedores</b>	0	102.543	0	1.290.508	0	3.195.942	0	102.748	0	1.523.044	0	1.410.296	0	101.964	0	1.602.940	0	1.500.936
<b>23 Empréstimos Obtidos</b>	0	7.892.845	0	7.316.463	0	-576.382	0	7.075.165	0	7.503.202	0	427.837	0	6.240.928	0	7.189.321	0	848.993
<b>24 Estado e Outros Entes Públicos</b>	0	60.072	0	867.556	0	807.484	0	58.953	0	477.161	0	419.208	0	58.580	0	292.207	0	233.627
<b>26 Outros Devedores e Credores</b>	0	393.333	0	327.624	0	144.483	0	351.420	0	229.640	0	78.220	0	309.686	0	387.338	0	277.432
<b>261 Fornecedores de Imobilizado</b>	0	77.261	0	4.790	0	-9.291	0	60.588	0	48.896	0	36.672	0	43.874	0	7.205	0	-36.669
<b>264 Administração Autárquica</b>	0	0	0	168.002	0	168.002	0	0	0	141.557	0	141.557	0	0	0	134.378	0	134.378
<b>268 Devedores e Credores Diversos</b>	0	115.892	0	100.914	0	14.578	0	90.832	0	49.452	0	-47.400	0	65.812	0	244.853	0	179.041
<b>269 Outras</b>	0	0	0	753	0	753	0	0	0	736	0	736	0	0	0	701	0	703
<b>27 Acréscimos Diferimentos</b>	30.526	3.829.187	26.807	2.964.724	-3.719	-1.756.265	30.526	4.082.915	2.872.733	-30.526	-1.220.382	30.526	3.861.875	0	0	-26.526	-3.883.935	
<b>271 Acréscimos de Proventos</b>	30.526	0	15.990	0	-14.536	0	30,526	0	0	0	-30,526	0	30,526	0	0	0	-30,526	0
<b>272 Custos diferidos</b>	0	0	0	10.817	0	10.817	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>273 Acréscimos de custos</b>	0	92.742	0	80.061	0	-12.681	0	92.742	0	0	0	92.742	0	92,742	0	0	0	0
<b>274 Proventos diferidos</b>	0	3.736.455	0	2.864.663	0	-871.792	0	4.080.173	0	2.872.733	0	-1.227.446	0	3.769.233	0	0	0	-3.769.233
<b>3745 Subsídio para investimentos</b>	0	3.736.455	0	2.864.663	0	-871.792	0	4.080.173	0	2.872.733	0	-1.227.446	0	3.769.233	0	0	0	-3.769.233
<b>2749 Outras</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>4 IMOBILIZAÇÕES</b>																		
<b>41 Investimentos Financeiros</b>	99.750	0	0	99.750			99,750	0	99,750	0			99,750	0	327,168	0		
<b>431 Partes de Capital</b>	99,750	0	0	99,750	-99,750	99,750	99,750	0	99,750	0	0	0	99,750	0	64,750	0		-35,000
<b>432 Obrigações e títulos de participação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	262,416	0		262,416
<b>433 (...)</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>435 Outras aplicações financeiras</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	568.142	12.078.808	3.832.648	12.865.638	844.504	785.828	1.010.920	11.483.401	3.979.684	12.405.781	968.764	1.126.360	1.045.534	10.332.893	2.378.018	9.471.626	1.332.444	900.907
<b>Total Considerado para Endiv. Líquido</b>	568.142	8.342.353	1.812.648	10.000.973	844.504	1.458.620	1.010.920	7.483.228	3.979.684	9.133.048	968.765	2.251.820	1.045.574	6.605.300	2.378.018	8.471.626	1.332.444	2.858.326
<b>CONTRIBUIÇÃO DO SIM, AM, ESB, para o IL</b>				-349.824														
<b>TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO DO SEC 95</b>	7.374.211		7.832.611				6.470.308		7.782.487				5.557.728		7.089.808			
<b>SM PRÉSTIMOS, DÉBITOS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCEPCIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>																		
<b>Sec 95 em 31/Dec de 2015 P. excepcionados do limite de IL</b>	357.135		362.788				300.771		301.230				244.406		245.533			
<b>Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/2015)</b>	0		0				0		0				0		0			
<b>Créditos do Município relativamente a SM e a entidades do S&amp;S (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)</b>	0		0				0		0				0		0			
<b>Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes</b>	0		0				0		0				0		0			
<b>MONTANTES TOTAIS EXCEPCIONADOS DOS LIMITES</b>	357.135		362.788				300.771		301.230				244.406		245.533			
<b>TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR</b>	7.017.076		7.475.635		458.549		6.169.537		7.483.257		1.911.720		5.313.320		6.849.075		1.534.755	
<b>Limite Endividamento Líquido de TFL</b>	4.434.275		3.544.514				4.513.213		4.723.978				4.505.213		4.470.849			
<b>EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	2.582.801,00		3.931.121,32		1.348.336		1.656.324,74		2.757.278,67		1.100.954		758.107,35		2.377.326,30		1.619.115	